



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/07/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 15ª audiência pública do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios Online.

Esta audiência vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo diariamente desde o dia 08 de julho; no dia 08 de julho de 2021 no jornal *Agora S.Paulo*; no dia 09 de julho de 2021 no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para os pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara, www.saopaulo.sp.leg.br, Audiência Pública Virtual.

Presentes os Vereadores Fabio Riva, Aurélio Nomura, Janaína Lima, André Santos, Juliana Cardoso, Eduardo Matarazzo Suplicy, Cris Monteiro, Ely Teruel, George Hato, Sansão Pereira. À medida que forem chegando os demais, nós faremos os anúncios.

Inicialmente, agradeço a todos os membros do Executivo que estão presentes aqui, e nós vamos fazer de tudo para que todos possam nos auxiliar na condução dos trabalhos.

Nós temos dois projetos para esta audiência pública.

PL 445/2021, do Executivo, que altera a Lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar a execução de projetos de investimento no Município de São Paulo.

O segundo projeto é o PL 447/2021, do Executivo, que dispõe sobre o Programa Requalifica Centro, estabelecendo incentivos e o regime específico para a requalificação de edificações situadas na Área Central, e dá outras providências. Ambos, do Prefeito Ricardo Nunes.

Nós vamos iniciar pela operação de crédito, que está na ordem não só que foi votado, como também da audiência que foi pedida, para que nós possamos continuar na ordem cronológica.

O SR. JAIR TATTO – Presidente, V.Exa. me permite uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Bom dia a todas e a todos, aos Secretários aqui presentes.

Eu quero, aqui, lamentar profundamente que a Comissão de Finanças sequer foi convidada, uma Comissão de mérito. Nós vamos tratar de um empréstimo da Prefeitura de 8 bilhões e lamentavelmente houve um desrespeito com essa Comissão. Não é a manifestação apenas deste Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, mas a Vereadora Janaína lamentou profundamente, no grupo dos Vereadores e Vereadoras.

Então, espero que não ocorra mais isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Jair Tatto, esta audiência pública convidou os 55 Vereadores...

O SR. JAIR TATTO – Não. Eu estou falando das Comissões. Eu não estou falando... Naturalmente, todos os 55 Vereadores estão convidados a qualquer audiência pública, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas a Comissão de Finanças faz parte...

(Pausa)

O SR. JAIR TATTO – Então, o Presidente não foi informado.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pela ordem, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, na última reunião extraordinária, quando foi convocada esta audiência pública, inclusive eu externei no microfone. Acho que o Vereador Presidente, a quem eu respeito muito, Jair Tatto... Inclusive, Vereador Jair, eu disse que esta primeira audiência... Nós temos esta primeira audiência e temos a segunda audiência. Inclusive, eu sugeri a Comissão de Finanças.

Então, eu acho que nós temos uma próxima audiência pública e, aí, se o Vereador que preside esta audiência Pública, Vereador Paulo Frange, com certeza, nós podemos que... o senhor possa presidir a segunda audiência pública pela Comissão de Finanças. Eu acho que, quanto a isso, em respeito à própria Comissão de Finanças, não vejo problema algum que o

protagonismo também venha a ser da Comissão de Finanças, comissão de mérito.

Como nós tivemos dois projetos, Vereador Jair Tatto, o projeto que trata do retrofit, que a comissão de mérito... Eu só queria que o senhor entendesse isso, que a comissão de mérito é a Comissão de Política Urbana e as duas audiências públicas foram marcadas na mesma Comissão, e que V.Exa., na segunda audiência pública, que também será dos dois projetos, possa presidir. E lógico, nós todos Vereadores interessados estaremos juntos para acompanhar e ajudar V.Exa. na condução dos trabalhos.

Basicamente são dois projetos, um que tem uma pauta urbanística, e o outro tem uma pauta importante da questão de finanças, como esta está sendo feita pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com certeza, peço que V.Exa. seja o Presidente da próxima audiência pública.

Essa é minha fala de forma muito transparente e respeitando sempre V.Exa. e o Vereador Jair Tatto, a quem tenho um respeito enorme.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço e queria fazer essa observação, não se trata de querer presidir, nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Não. Eu disse que era mérito, a Comissão de mérito é Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio Riva; obrigado, Vereador Jair Tatto, pela compreensão. Deixando bem claro, nenhuma Comissão convida outra Comissão. Nós convidamos sempre os 55 Vereadores. A próxima reunião pode ser presidida, inclusive, os dois projetos podem ser presididos pela Comissão de Finanças e Orçamento, que é mérito com certeza.

A dinâmica seria de forma bastante concisa, para que possamos produzir o máximo de informações possíveis. Vamos passar a palavra – não vou chamar inicialmente os Vereadores – primeiro ao Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Guilherme Bueno de Camargo, para que possa fazer uma apresentação para que possamos ter as informações. A partir daí vamos chamando os demais Secretários que são afeitos a mesma situação que envolve essa

matéria. O Secretário de Transportes, o Secretário de Infraestrutura e Obras, o Secretário de Habitação, aqueles que estão, com certeza, dentro do papel a ser cumprido pelo Plano de Metas.

Os Srs. Vereadores concordam com essa condução? (Pausa)

Tem a palavra o Sr. Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, Vereador Paulo Frange, cumprimento também todos os Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, demais Vereadores participantes desta audiência pública, e aos cidadãos presentes a esta audiência. Meu bom dia a todos, muito obrigado pela oportunidade de vir novamente a esta Câmara Municipal para tratar de um tema importante para a Cidade.

Na verdade, é um projeto de lei, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que altera a Lei 17.254, de 2019. A Lei em questão deu autorização ao Poder Público Municipal para realizar operações de crédito de até 1 bilhão de reais, para vários objetos que estão lá delineados nessa Lei.

Muito bem, nós temos agora, iniciamos em janeiro e agora concluímos o Plano de Metas dessa Gestão 2021/2024. Esse Plano de Metas tem um projeto ambicioso de investimentos da ordem de 20 bilhões de reais. O Prefeito Ricardo Nunes está determinado a não só cumprir o Plano de Metas e fazer todos os investimentos que estão lá previstos nesse projeto, mas como também tem a convicção de que a Prefeitura tem um papel extremamente importante na retomada econômica da cidade de São Paulo depois dessa crise da pandemia que estamos vivendo. E essa retomada precisa, necessariamente, passar pelos investimentos da Cidade. Então, o Plano de Metas, com 77 metas, lista uma série de projetos que carecerão de investimentos na ordem de 20 milhões de dólares.

Inclusive, Sr. Presidente, eu estava com uma planilha em mãos para projetar aos senhores,

Sr. Presidente, trouxe uma planilha para projetar aos senhores.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Essas são as metas que carecem de investimentos, que demandarão investimentos da Cidade. Esses recursos que nós estamos pedindo autorização ao Poder Legislativo para contrair as operações de créditos obviamente só podem ser usados em investimentos. Esse dinheiro não será usado para despesas de custeio da Prefeitura, serão utilizados para investimentos; e são esses investimentos que estão listados na tela.

Obviamente, essa lista é grande. Estamos falando de um investimento de mais de R\$ 5 bilhões para 49.000 moradias populares; 27.000 famílias com a urbanização de assentamentos precários. Estamos falando de um investimento de R\$ 3,2 bilhões. Também 220.000 regularizações fundiárias, 40 quilômetros de novos corredores de ônibus. Serão quase R\$ 2 bilhões só nesses projetos. Para quatro novos terminais de ônibus, estão prevendo um investimento de R\$ 1 bilhão; e para o projeto do BRT, na zona Leste, R\$ 800 milhões. Na área da saúde, mais de R\$ 600 milhões na implantação e reforma de equipamentos de saúde.

Como os senhores podem ver, é um Plano de Metas bastante ambicioso, que além de mudar a qualidade de vida dos cidadãos vai permitir que a Cidade retome o seu crescimento econômico depois desse período bastante difícil que a Cidade vem passando com a pandemia da Covid.

Essas operações de crédito respeitam absolutamente os limites de créditos determinados pela legislação e mantêm a Prefeitura de São Paulo absolutamente dentro da lei de responsabilidade fiscal.

A cidade de São Paulo vem, ao longo desses últimos anos, mostrando uma saúde financeira, um equilíbrio orçamentário financeiro, bastante sólidos; e é bom que se diga que isso não é mérito de uma pessoa só, mas de várias gestões que vêm se preocupando com isso, que vêm mantendo a Cidade dentro dos padrões de responsabilidade fiscal. Isso é mérito da Secretaria da Fazenda, e não é mérito do Guilherme, o Secretário; mas de técnicos da

Fazenda que trabalham com muito esmero, com muitas responsabilidades, para que a Cidade tivesse capacidade de fazer essas obras, de fazer esses investimentos, de captar esses recursos no mercado, para fazer face a um Plano de Metas que vai certamente mudar a cara da cidade de São Paulo para melhor.

Então, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, basicamente, esse é o objeto desse projeto de lei: ampliar a autorização para operações de crédito, de modo a propiciar que o município tenha os recursos suficientes para fazer os investimentos que os próximos quatro anos demandarão.

Enfim, essa é a minha manifestação inicial. Eu fico à disposição para tirar outras dúvidas de V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado, Secretário Guilherme.

Eu vou passar em seguida ao Secretário Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras.

Marcos, com relação às obras que foram elencadas, e dentro do seu programa, nós gostaríamos de ouvi-lo também.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Bom dia, Srs. Vereadores; bom dia, Presidente da Comissão de Política Urbana, Vereador Paulo Frange, na pessoa de quem cumprimento os demais Srs. Vereadores.

Com relação à lista que o Secretário Guilherme passou, a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras tem duas metas principais: construir 14 novos piscinões e de realizar 160 obras de recuperação ou reforços em pontes, viadutos ou túneis. Então isso para nós, lá da Secretaria, é a nossa obrigação, é a lição de casa.

Com relação aos piscinões, nós já encontramos alguns piscinões em andamento, algumas situações de questionamentos que nós estamos tentando resolver. Mas estamos trabalhando com 18 novos piscinões para que qualquer problema que tenhamos de andamento em algum deles ainda nós consigamos ter uma reserva para cumprir essa meta dos 14 novos piscinões.

Nós entendemos que existem alguns questionamentos – às vezes, se o piscinão é a melhor solução. Mas, tecnicamente, para essas áreas onde estão sendo propostos os piscinões, nós temos extensos estudos que mostram que para essas situações eles são a solução técnica mais viável. Isso não quer dizer que nós não estamos trabalhando também com outras soluções. O Secretário Modonezi deve falar dos jardins de chuva. Nós temos um projeto bastante grande em conjunto com a defesa civil no sentido de atuar em áreas de alagamentos menores, de contenção de encosta. Mas nesse item do Plano de Metas realmente nós estamos trabalhando com bastante afinco, para que consigamos cumprir essa meta dos 14 piscinões.

Também temos lá na Secretaria, e mais diretamente na SP Obras, um plano de vistoria municipal das pontes, viadutos e túneis. Hoje, um plano bastante consistente. Nós devemos, brevemente, finalizar a análise de 107 estruturas. E essas estruturas, essa análise dos relatórios, vai gerar uma série de intervenções em pontes e viadutos, como já temos feito ao longo do tempo. E já estamos em vistoria visual e contratação de vistorias especiais para as pontes e viadutos. Então, com certeza, nessa gestão, nós conseguimos finalizar a vistoria em todas as pontes e viadutos da cidade e cumprir essa meta das 160 obras de recuperação e reforço.

Nesse primeiro momento, como nós tínhamos um passivo bastante grande de vistoria nessas estruturas, as intervenções vão ter custos maiores porque nós estamos falando, às vezes, de 40-50 anos sem nenhuma intervenção nessas estruturas. Mas, a partir daí, na continuidade do programa, como a cada ano temos que fazer vistorias visuais, a cada cinco anos fazer novas vistorias especiais, nós vamos ter recuperado grande parte desse passivo. E daí o custo do programa começa a decrescer ao longo do tempo.

Então essas são as duas grandes metas. Nós temos, dentro da Secretaria, outros objetivos. Mas ao longo da reunião, se for necessário, nós podemos expor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Marcos Monteiro. Já somos em 17 Vereadores da Comissão.

Em seguida, a palavra do Secretário Municipal de Transportes, Levi dos Santos Oliveira.

O SR. LEVI DOS SANTOS OLIVEIRA - Bom dia, Presidente. Vereador Paulo Frange. Bom dia a todas e todos nobres Vereadores e todos os Secretários presentes.

Como foi inicialmente colocado pelo Secretário da Fazenda, Dr. Guilherme, a Prefeitura está com um *portfólio* de intervenções na cidade. Esse *portfólio* está inserido no programa de metas. As propostas de metas foram discutidas em 36 audiências públicas. Depois, passamos para um processamento de todas as sugestões que foram colocadas, e, recentemente, foi entregue na Câmara a proposta final com as 77 metas.

Nessa questão do tratamento das metas é muito importante as suas execuções e para que tenhamos nossas ações e iniciativas, é muito bom termos um planejamento, com projeto, gestão e execução para o cumprimento de todas as metas.

É muito importante porque aparecem novas oportunidades e estamos num momento de pandemia e seus efeitos. Então, é importante iniciarmos toda essa questão, mas, também, temos tempo hábil para a execução das metas. É necessária a retomada, aceleração da economia. Os investimentos para o crescimento são uma referência para que consolidemos.

Como eu participei de várias audiências públicas, vemos que é transformar sonhos em realidade, quando olhamos para o transporte coletivo, as propostas que estão colocadas que foram ouvidas numa condição de um olhar, para termos novos terminais de ônibus – temos duas novidades dentro desse projeto que são a implementação de dois BRT da Avenida Aricanduva e da Radial Leste – e, também, o novo sistema de transporte, da mobilidade, que é o aquático na região Sul da cidade.

Nessa condição, para viabilizarmos, é necessário todo esse alinhamento tanto dentro do Governo quanto com os Vereadores. Nós estamos trabalhando numa gestão de transparência, e o compromisso é de todos nós. A responsabilidade é de todos nós de tornar a cidade ainda mais inclusiva, mais acessível, uma cidade que garanta o direito e que seja acolhedora.

Então, a nossa proposta no programa de metas abrange todos os segmentos. Tivemos um olhar para todas as regiões da cidade, com todas as intervenções e melhorias do serviço para a população da cidade. Sempre buscando um olhar para os mais necessitados, os mais carentes. Observamos que todas as propostas, as 77 metas, têm esse olhar para a cidade e, também, sempre buscando atender os mais carentes.

É o nosso desafio. É o desafio de todos nós iniciarmos todo esse processo. Por outro lado, assim como já foi colocado, também precisamos ter o equilíbrio econômico-financeiro, operacional, para que consigamos melhorar as condições de todos na cidade de São Paulo.

Continuo à disposição. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Levi.

Com a palavra, a Sra. Taís Lara, representando o Secretário da Cultura Alexandre Youssef.

A SRA. TAÍS LARA – Olá, bom dia a todos, Vereadores e Secretários. O investimento da cultura para o Plano de Metas está focado com esse crédito, principalmente aos descritores criativos, que serão implementados em quatro locais da cidade. Os descritores criativos induzem indiretamente à economia criativa, cruzam com outros setores da cidade, com outras pastas.

São metas compartilhadas com o desenvolvimento econômico, o turismo, se não me engano são essas duas pastas, e com a meta que entrou na segunda parte do plano, que é a criação da Casa de Cultura Cidade Ademar, que veio a partir da demanda da consulta pública.

Os valores, desculpa, estou sem a planilha aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Taís, não estamos conseguindo ver a sua imagem. Acho que sua câmera está desligada.

A SRA. TAÍS LARA – Estou tentando ligar, Vereador, um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Enquanto isso, estão presentes conosco os

Vereadores Rodrigo Goulart, Edir Sales e Antonio Donato.

Enquanto ela não retorna, indago se o Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia, Juan Quirós está presente.

O SR. ALEXANDRE AMORIM – Bom dia senhores e senhoras, Sr. Vereador Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Vereador Paulo Frange. Fala aqui Alexandre Amorim, Secretário Adjunto, em nome do Sr. Juan Quirós, que não pôde estar presente na nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE AMORIM – Referente ao exposto pelo Dr. Guilherme, antes eu gostaria de cumprimentar em seu nome, todos os demais Srs. Secretários e Secretárias e colegas da municipalidade, também quero estender os cumprimentos aos nobres Vereadores e Vereadoras.

Na Secretaria de Inovação e Tecnologia, dentro do programa de metas, nós precisamos expor e solicitar o apoio dos senhores e das senhoras da importância de levar a conexão, o *wi-fi*, alcançando mais de 20 mil pontos de acesso à internet sem fio, priorizando principalmente aquilo que foi determinado pelo Sr. Prefeito Ricardo Nunes e que muito estamos buscando que a cobertura desses pontos, desses sinais nos territórios mais vulneráveis.

Hoje demonstra-se a importância de se ter sinais de internet para acessar os serviços. E a pandemia só reforçou o quanto a questão da cobertura e acesso ao mundo digital faz também a inclusão das pessoas nos processos e nos benefícios que a Prefeitura presta em seus serviços.

Uma segunda meta que também é importante para nós vem a ser a capacitação de mais de 300.000 cidadãos e cidadãs em cursos voltados para a inclusão digital. Também na mesma seara da importância de nós qualificarmos e educarmos, termos o letramento digital das pessoas, dos nossos cidadãos e cidadãs para acessar. Hoje, fazer inclusão social passa também pela inclusão digital.

E, por fim, senhores e senhoras, temos a meta de remodelar as praças de

atendimento das subprefeituras para que centralizem todos os serviços municipais no território. É o nosso programa Descomplica SP, com muito planejamento, com muita organização, com muita determinação. Levar para que o cidadão e a cidadã encontrem uma prestação de serviço de qualidade em um único ponto, evitando-se deslocar por longos trajetos e que encontrem nas praças de atendimento do Descomplica, um serviço com tempo, de forma ágil, prestativa e com qualidade.

Para atingir esses objetivos do Programa de Metas, nós solicitamos às senhoras e aos senhores, como já exposto pelo Dr. Ricardo, a aprovação em tempo para que tenhamos capacidade, com planejamento, de tocar esses projetos e viabilizar um bom serviço para cidadãs e cidadãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Alexandre.

Eu vou retornar a palavra para Taís Lara, representando o Secretário Youssef, que retomou o contato. Taís, quer dar continuidade?

A SRA. TAÍS LARA – Obrigada. Estou com um problema na conexão.

Retomando o Programa de Metas, a versão final publicada, temos como possibilidade de aproveitamento do crédito a Meta 19, que é combater o racismo por meio da implementação de novas iniciativas de melhoria do atendimento da população negra e promoção da igualdade racial, juntamente com Direitos Humanos, inaugurando o Memorial dos Aflitos, destinado à preservação da memória de negras e negros que viveram em São Paulo durante o período da escravidão. Essa meta tem o valor de R\$19.240.000,00.

A outra Meta é a 51, ampliando o acervo de arte urbana do Museu de São Paulo com a realização de 260 novos painéis de grafite em muros e empenas da Cidade. Neste ano São Paulo alcançou a nomeação de maior museu de rua do mundo e o primeiro museu de arte urbana 360° do mundo. Alcançamos uma grande visibilidade no meio artístico por causa desse projeto.

Meta 52, implantar novos centros de referência do novo modernismo. Essa meta se

dirige diretamente aos festejos do Centenário da Semana de Arte de 22, que acontece em fevereiro do ano que vem.

Meta 54, inaugurar a Casa de Cultura Cidade Ademar. Foi uma demanda que veio com a abertura para consulta pública do Plano de Metas. Tem o valor de R\$ 9.690.000,00.

E a última Meta, que cabe no programa do crédito suplementar, é a implementação dos quatro distritos criativos, com o valor de R\$ 11.629.000,00.

No que tange ao uso do crédito como prioridade para a Secretaria são as Metas 53, 54 e 56, metas compartilhadas com outras secretarias, e reforço que têm a importância de colocar a cultura no centro econômico da cidade de São Paulo.

É isso. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Taís.

Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras, obrigado pela presença.

O SR. ALEXANDRE MODONEZI – Bom dia, Vereador. Bom dia a todos. Obrigado.

A principal meta com relação ao financiamento é a Meta 34, na recuperação de 20 milhões de metros quadrados de vias públicas em recapeamento. Esse é o maior programa que a Cidade já fez em recapeamento de vias, é muito importante.

Dois anos atrás, junto com a Universidade de São Paulo, a Cidade conseguiu criar um sistema de monitoramento de pavimento, que não tinha. Hoje, em 108 veículos, entre táxis e ubers que andam pela Cidade, tem uma caixa de circuito que passa para nós a informação de como está o pavimento. Isso possibilitou que tenhamos, mês a mês, a condição do pavimento das ruas da Cidade. E priorizar as vias em que passam mais veículos. Com esse recurso vamos melhorar muito a qualidade do pavimento. Nós aumentamos a fiscalização, também, em cima das concessionárias, o que é muito importante. Isso trará um benefício enorme a toda a população da cidade.

Outra meta que vai ser possível com o financiamento é pavimentar 480 mil metros quadrados de via. Nós temos, ainda, uma quantidade de vias de terra que há alguns anos já

não sofrem nenhum tipo de pavimentação e esse recurso será utilizado, também, na pavimentação dessas vias. Isso muda a vida das pessoas. Traz dignidade. Faz com que a qualidade de vida mude.

Então, é um recurso muito importante para a cidade, além da possibilidade, também, de manutenção da meta 40, de um milhão e meio de metros quadrados de calçadas do PEC, o Plano Emergencial de Calçadas. Que avancemos com essa continuidade do programa de manutenção de calçadas.

Acho que, dentro do Plano de Metas da Secretaria de Subprefeituras, essas três metas são as que têm uma sinergia com esse financiamento e realmente farão uma diferença enorme na cidade.

Acho que é isso, Presidente. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Sr. Modonezi. O Secretário Municipal de Esportes e Lazer, Sr. Thiago Martins – ou o representante –, está presente? (Pausa) O Secretário Municipal de Habitação, Sr. Orlando Faria – ou o representante –, está presente?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Sr. Alex está por aí? Sr. Alex, está nos ouvindo?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Presidente, bom dia. Bom dia, Vereadores. Bom dia, colegas do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Alex, muito obrigado.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Tudo bem?

Ressalto a importância, na área da habitação, dos recursos, por conta dos prédios que nós vamos reformar no Centro, e a preocupação do Prefeito Ricardo Nunes com os moradores de rua. Vamos conseguir que eles também tenham acesso à moradia digna. Um exemplo grande disso é o PopRua, que colocamos ali, no Asdrúbal. São 45 famílias. Nós recuperamos essas famílias. Demos empregos e dignidade para eles. Então, adiante, nossa

meta é continuarmos em cima da moradia, do *retrofit* dos prédios que estão fechados, sob nossa tutela, para prosseguirmos com as reformas e dar conta para a população e para os Vereadores de tudo o que temos por fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, Sr. Alex. Muito obrigado.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Senhores, dos Secretários e convidados, nós encerramos essa primeira etapa. Nós vamos passar, em seguida, a algumas perguntas de Vereadores e nós vamos dar o mesmo... Vamos convidar...

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Guilherme? Quer fazer algum reparo?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Não, Sr. Presidente. Eu só quero aproveitar para fazer, na pessoa do Vereador Jair Tatto, uma saudação especial para a Comissão de Finanças, com a qual, obviamente, em razão das minhas funções, tenho bastante contato e sou sempre muito bem tratado. Deixo um abraço especial a todos e fico à disposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, em sua homenagem e também em homenagem ao Vereador Jair Tatto, que é uma das figuras mais queridas desta Casa, será o primeiro a fazer as perguntas, até porque a matéria realmente faz parte de seu trabalho. Vereador Jair Tatto, em nenhum momento desrespeita a Comissão. Pelo contrário, nós temos um carinho especialíssimo pela Comissão de Finanças – já participamos tanto por lá – e por V.Exa. Veja que até o Secretário de Finanças do Município está defendendo V.Exa. Significa que V.Exa. tem ficha partidária aberta para todos os partidos, viu?

Vereador Jair Tatto, tem V.Exa. a palavra.

O SR. JAIR TATTO – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há alguns Vereadores que já estão inscritos. Aqueles que quiserem se inscrever e não acessaram, ainda, a Mesa, por favor... Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Tranquilo, temos a nobre Vereadora Juliana Cardoso e o nobre Vereador Antonio Donato, que é membro da Comissão de Política Urbana, e o líder Suplicy também. Vou permitir - permitir, não - dizer que me sinto muito honrado, e se V.Exa. permitir, das perguntas que tenho, acho difícil o nobre Vereador Antonio Donato permitir que fique uma dúvida no ar nas suas belas intervenções, como fez no plenário, na discussão do projeto, especialmente no do empréstimo.

Por isso sinto-me representado pelo nobre Vereador Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está certo, Vereador Jair Tatto. Passo a palavra ao Vereador Antonio Donato, que já está inscrito. Quer falar agora?

O SR. ANTONIO DONATO – Claro, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem V.Exa. a palavra, Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos os colegas. Bom dia a todos os Srs. Secretários e representantes das Secretarias.

Gostaria de fazer algumas perguntas, mas permita-me fazer uma colocação anteriormente, até porque os Srs. Secretários não participaram, mas tivemos um debate no plenário, e eu quero me referir a ele.

Por um tempo se falou de um suposto rombo que a gestão Haddad havia deixado, mas a Gestão Haddad deixou uma herança bendita e precisa ser registrada. Só temos essa possibilidade de empréstimos pela renegociação da dívida, que abriu espaço para que possamos ter esses empréstimos. Eu sempre defendi e sempre cobre para que tivesse uma estratégia de empréstimo, porque já aprovamos quatro operações de créditos, desde 2017. Cerca de 4 bilhões de reais já foram aprovados. E só chegaram até aos cofres municipais 990 milhões. Essa é a primeira questão.

Gostaria de saber do Sr. Secretário quais os ritmos, prazos, quais os passos, além dessa nossa autorização Legislativa para chegar finalmente a esses empréstimos. E qual o prazo médio para que eles cheguem até a cidade de São Paulo.

A segunda questão diz respeito ao que estamos conversando aqui: falamos cerca de oito bilhões, cinco bi e meio em operações internas e 500 milhões de dólares em operações externas. Mas a lei não detalha nada, só se refere e acrescenta alguns itens à Lei de 2019.

Aqui, e me permita o Secretário, que sempre me tratou cordialmente, não posso reclamar, nenhum Secretário, só na Subprefeitura nunca fui atendido, mas tenho certeza de que, quando eu for, serei atendido bem. Não adianta recitar o Plano de Metas para nós. O Plano de Metas é de 20 bi. Só no que se falou aqui já deu mais de oito bi.

Gostaria de saber quais as metas que serão financiadas pelos oito bi. É o mínimo que a lei deveria ter. Esses oito bi serão gastos onde? Não genericamente. A média de investimento que acompanho da gestão Serra/Kassab, gestão Haddad, foi de quatro bi por ano. A média de investimento da gestão Doria/Covas, foi um pouco mais de dois bi. Se fosse mantida a média anterior, já teríamos 16 bi de investimentos.

Então de que maneira vão se compor os investimentos? Quais as fontes? Oito bi de operação de crédito é exatamente para quais investimentos? Se juntar as moradias, 20 milhões de recapeamento e mais outras questões, já temos bem mais que oito bi. Quais serão os investimentos a serem financiados pela operação de crédito? Porque tem sobreposições. Tem uma PPP de moradia. Tem uma PPP de piscinões que escutamos falar. Elas não vão financiar esses piscinões, elas vão financiar o quê? Vamos financiar quais moradias? Esse detalhamento é que falta no projeto. Evidentemente que a tramitação e reclamamos internamente aqui não dá para um projeto dessa natureza chegar numa semana e votar na outra, são oito bilhões e a gente não ouve mais falar do assunto. Estamos falando do futuro da cidade e dê um plano ambicioso de investimentos que eu espero que dê certo, sinceramente, espero que a cidade, mas precisamos fiscalizar, precisamos acompanhar. Então, eu queria fazer essas perguntas, de que maneira, e fazer a esse apelo da liderança do Governo, como um todo, que no projeto de lei quais as ações que serão financiadas por esse empréstimo, porque não chegou a oito bilhões, alguém acordou e falou: vamos gastar oito bilhões, certamente não, certamente é uma composição dos vários financiamentos. Eu tenho certeza

de que a Secretaria de Finanças, de Planejamento devem ter feito uma compatibilização das fontes e é isso que a gente gostaria de ter as, fontes, o que está financiado por cada ação da Prefeitura.

E até acho que algumas coisas foram citadas aqui, tem mais característica de custeio do que de investimento, por isso eu gostaria de que tivesse essa informação. Então, são essas as minhas questões e vou escutar atentamente as respostas aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, Vereador Donato, vou passar a palavra em blocos, blocos pequenos, para que possamos absorver o máximo possível de cada informação.

Tem a palavra o Vereador Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Caro Presidente Paulo Frange, Srs. Vereadores, Srs. Secretários, eu vou fazer algumas perguntas ao Secretário de Finanças Dr. Guilherme. Por que será realizado um empréstimo com a quantia de 500 milhões de dólares sendo que o cenário macroeconômico aponta para uma alta nesse momento? Sobre os investimentos a serem realizados, agradeço se puder apresentar o índice de investimentos nas mais diversas, especialmente nas regiões periféricas, conforme a metodologia que tem sido sugerida pela rede Nossa São Paulo, que possa ver também um orçamento regionalizado. Gostaria também que houvesse, em que medida está havendo uma preocupação com a sustentabilidade, tal como era o compromisso do Prefeito Bruno Covas, que avaliava como muito importante, aliás, por exemplo o governo Biden nos Estados Unidos tem se preocupado muito no seu orçamento com um caminho de vanguarda, de preocupação com o meio ambiente, com a sustentabilidade. Agradeço se puder também enfatizar esse ponto. Agradeço também se puder dar uma informação a respeito daquilo que inúmeros Vereadores, não apenas do PT, do PSOL têm sugerido ao Governo que possa haver a continuidade do pagamento da renda básica emergencial foi autorizada por três meses, prorrogáveis dependendo apenas da área de finanças e administrativa, tendo em conta, portanto, essa possibilidade. Assim, gostaria muito que nos desse a informação sobre se vai haver a

prorrogação da renda básica emergencial. São essas as indagações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Suplicy.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Presidente Paulo Frange, não sei se V.Exa. está com a lista, mas eu também gostaria de me inscrever para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.K., Vereadora, eu a inscreverei já. Presentes também nesta audiência pública o Vereador Senival Moura, a Vereadora Luana Alves, a Vereadora Sandra Tadeu e o Vereador Delegado Palumbo.

O SR. AURÉLIO NOMURA– Também o Vereador Nomura, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Já citei vossa presença, Vereador. V.Exa. também quer falar?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sim, Presidente. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.K. Próxima inscrita, Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Bom dia, Presidente desta audiência pública, nosso querido amigo Vereador Paulo Frange, com quem tenho a honra de dividir a Mesa ao lado do Vereador André Santos, sempre muito participativo e que muito contribui nesta Casa, e do Vereador Rodrigo Goulart. Destaco também a presença do sempre Senador Eduardo Suplicy, que fez uma importante intervenção, com questionamentos muito relevantes. E, mencionando os Vereadores presentes, gostaria de cumprimentar todos os Vereadores que participam de forma virtual. Cumprimento também, todos os integrantes do Poder Executivo, na pessoa do Secretário Guilherme, a quem cumprimento pela apresentação.

Preparei uma apresentação curta, que julgo importante. Peço que todos os Vereadores acompanhem assim que for disponibilizada no Teams. (Pausa)

Obviamente, todos os Vereadores do partido farão suas intervenções; mas faço essa apresentação não só como Vereadora e Líder do Partido Novo na Casa, mas também como integrante da Comissão de Finanças e Orçamento, e, nessa condição, faço coro às

palavras do Vereador Jair Tatto. Obviamente, poderia haver alguém que conduza de modo igual, mas não melhor do que o Vereador Paulo Frange.

Teria sido muito importante que essa convocação houvesse saído de forma conjunta, com as duas Comissões, tendo em vista o caráter financeiro desse primeiro projeto, por se tratar de uma operação relevante de crédito em andamento. Quando olhamos o cronograma de desembolso apresentado, vemos que há uma série de operações já autorizadas, e mostrarei nas imagens.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Esse é o sumário do que irei apresentar.

Trouxe um resumo do projeto do Executivo, que é essa autorização do Poder Legislativo para contratar operações de crédito no valor de 5,5 bilhões, bem como a compra de 500 milhões de dólares americanos em operações de crédito externo. O projeto colocou de uma forma sucinta, genérica, os principais aspectos, as principais áreas de atuação que esses recursos serão investidos.

Então, vamos para o próximo *slide*. O que eu acho importante a gente destacar, no montante desses recursos, é o período que está sendo colocado, de pagamento desse crédito, mas isso a gente fala mais para frente. Aqui eu fiz o objetivo da apresentação desse *slide*: a gente entender três pontos cruciais, para que a gente possa compreender bem o orçamento público da nossa Cidade; a diferença que existe entre o valor orçado, de forma atualizada, seria o planejado. É, nos instrumentos das peças orçamentárias que o Executivo nos envia, o planejado que se pretende gastar. Aí está a diferença do que há disponível no caixa da Prefeitura e o que, de fato, é empenhado para a utilização desse recurso. O Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy até trouxe aqui uma questão, que é superimportante para a gente abordar nesse ano de planejamento das peças orçamentárias, o quanto isso se reverte nas mais diversas regiões da nossa Cidade. Mas, de uma forma geral, com números fechados, aqui a gente consegue observar que o número, que o valor orçado do disponível para o empenhado tem uma diferença enorme.

Então, se a gente olhar, em 2010, que é o primeiro apontamento do *slide*, a gente percebe uma similaridade. Então, a gente vê que esse cenário não se repete nos demais anos.

Então, nesse gráfico de 2010 para 2011, a gente já vê que o valor planejado já é bem diferente do valor executado em 2011. A gente começa a perceber uma similaridade em 2017. Então, vejam: De 2011 a 2017, a Prefeitura tem orçado, ou seja, planejado gastar muito mais do que, de fato, a sua capacidade de execução. Isso aconteceu também nos últimos dois anos. Obviamente aqui há um destaque na questão da Covid. Isso precisa ser considerado. Então, também há alguns apontamentos explicando aqui o objetivo desse *slide*.

Nesse próximo *slide*, no gráfico aqui que eu estruturei para mostrar para os cidadãos que nos acompanham, a quem eu gostaria de cumprimentar, a gente percebe o histórico da execução de operação de crédito; considerando assim os investimentos em milhões.

Então, quando a gente olha para 2017, a gente já percebe um pouco essa diferença, mas quando a gente chega em 2020, a gente já começa a observar que a capacidade de planejar, realizar e ver, no histórico das operações de crédito, algo alinhado, o que não acontece no ano de 2021, que está vigente.

Então, aqui é importante a gente observar que, tanto no histórico da execução de investimentos quanto no histórico da execução de operações de crédito, há um descompasso entre o que é planejado pela Prefeitura e o que é de fato executado, ou seja, o valor empenhado.

Próximo *slide*, por gentileza. (Pausa)

E para que isso possa ficar mais claro, eu trouxe alguns exemplos. Vamos ficar nesses três primeiros itens dessa planilha. Essas duas regiões apontam a importância de se ter os corredores de ônibus e um projeto de segurança urbana. Quando olhamos, por exemplo, o caso das unidades habitacionais, no segundo item da planilha, o valor orçado, planejado para se gastar era de cem mil reais. O que foi disponibilizado foi o valor de 70 milhões de reais, e o empenhado, a mesma coisa. Isso foi em 2018. Tanto para a pavimentação, como para

recapeamento de vias – e nós temos a oportunidade de contar com a presença do Secretário Modonezi –, o volume é menor em 2018. Em 2019, isso já acontece de uma forma expressiva e, em 2020, isso já não acontece. O ano de 2021 ainda está em andamento, e a diferença é bastante gritante.

Próximo *slide*. (Pausa)

Aqui o objetivo é mostrar que, no projeto de lei, foi apresentado um cronograma de desembolso e, de operações já autorizadas pela Câmara Municipal, foram quatro anos e meio, período em que eu estou nesta Casa como Vereadora. As autorizações legislativas das quais nós estamos falando estão bem claras e, ao observarmos esse cronograma, a pergunta que fica é o porquê de essas obras, já autorizadas por esta Casa, ainda não terem sido contratadas. É importante que esta Casa dê a seguinte resposta: nós, como Poder Legislativo, já demos e agora estamos novamente dando autorização, principalmente ao que foi destacado por mim, para os corredores de ônibus e para o projeto de segurança urbana apresentado no cronograma.

No item 2º, na questão das dúvidas, eu vi que há um pedido de autorização para o cumprimento de obras inacabadas com início até 2020. Eu gostaria de entender quais são essas obras inacabadas. É importante que haja transparência, e acho muito positivo o fato de hoje nós termos na condução da Prefeitura um amigo querido que foi Vereador por muitos anos e um dos membros mais atuantes da Comissão de Finanças que esta Casa já teve e que, portanto, entende perfeitamente esses questionamentos e que eu tenho absoluta certeza de que vai ter respeito com o exercício desta Casa e que vai trazer respostas a isso, porque votamos um Plano de Metas 2021/2024 que trouxe uma série de prioridades. Quando este projeto dispõe que a prioridade são essas obras inacabadas, como que ficam elas diante do Plano de Metas? Onde isso se cruza? Precisamos ver diante da LDO, de 2022, que está sendo discutida e vai ser votada muito em breve - o relator Isac Felix já fez apresentação -, mas é importante entendermos o que prevalecerá. É importante entendermos.

Um ponto importante é vedarmos expressamente o uso desse recurso para

custeio. O que é o custeio - para os cidadãos que estão nos acompanhando? Investimento é fazer o corredor novo, entregar um novo terminal, um novo posto de saúde, mas esse recurso não pode ser utilizado, por exemplo, para reequilíbrio contratual de uma despesa corrente - conta de água, conta de luz, aumentou o número de pessoas contratadas. Isso tem de estar muito claro.

Queria entender se esse valor, além de vedarmos o uso do recurso para custeio, e também entender do Secretário se há interesse de utilizar desse recurso para reequilíbrio de contratos. Se sim, quais os contratos? Há um valor claro para isso?

Outra questão é o que precisamos deixar claramente e construir isso – acredito que a audiência pública com a participação dos cidadãos é o momento adequado - um compromisso entre o Legislativo e o Executivo de que esse recurso, essa contratação de operação de crédito, ou seja, um aumento de um endividamento da cidade de São Paulo que isso não dará o ensejo a uma proposta de aumento de tributos daqui alguns dias, mas que esse recurso seja utilizado para melhorar a eficiência e a prestação de serviço ao cidadão, ao povo paulistano. Isso é muito importante.

Gostaria de fazer um registro que eu esperava algo mais detalhado do Executivo. Vi que o Secretário da Fazenda trouxe uma apresentação e o olhar macro da Secretaria da Fazenda, mas eu esperava das áreas fins um detalhamento maior do que se pretendia ou do que se pretende executar com esse recurso que busca autorização Legislativa desta Casa.

Isso seria uma forma de respeito com esta Casa e com cidadão que acompanha. Aguado, principalmente dessas áreas que fizeram uso da palavra, um envio de uma proposta detalhada do que se pretende fazer. Precisamos engrandecer o trabalho desta Casa e valorizar a maior Casa Legislativa da América Latina. A importância da Câmara Municipal é inconteste, mas para isso precisamos fazer valer o nosso recurso.

Se analisarmos o primeiro artigo, a autorização que o Poder Executivo busca, é genérica. Há o detalhe que é muito semelhante ao que se buscou na Assembleia Legislativa, que foi um projeto totalmente genérico e que foi muito criticado pela imprensa. E que nós não

sejamos, mais uma vez - ou mesmo sem intenção - um boi expiatório de um projeto genérico, em que a gente vai lá e aperta o botão.

Então, é importante que a gente tenha um controle do emprego das finanças municipais aqui pelo Poder Legislativo. Esse é o nosso papel. Então, isso deve ser feito com motivações claras e expressas pela Prefeitura.

Então, considerando que esse projeto se encontra obscuro - por mais que a gente queira, que todos nós queiramos ajudar - o Vereador, sempre Vereador, que honrou muito esta Casa, hoje Prefeito, Sr. Ricardo Nunes - é importante que a gente tenha uma apresentação adequada e precisa da finalidade desse empréstimo. Esse projeto precisa conquistar robustez.

Por isso, eu peço aqui, a vênica, Sr. Presidente Paulo Frange, para sugerir o acolhimento, rogando aos nobres Pares, para que esses apontamentos aqui apresentados por mim, em especial aos meus Colegas da Comissão de Finanças, sejam acolhidos, para a gente possa fazer com que o Poder Legislativo sim pretende apoiar o Poder Executivo, mas que a gente possa ter a capacidade de apontar melhoramentos, para que juntos, nunca subservientes, apoiar a Prefeitura, no cumprimento do seu papel, que é transformar e impactar a vida dos paulistanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, nobre Vereadora Janaína Lima.

Vou pedir para que se junte ao processo a apresentação da nobre Vereadora também.

Estão presentes aqui conosco também os Vereadores Gilberto Nascimento e Fernando Holiday.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente Paulo Frange e Sr. Presidente, Jair Tatto. Estou com saudade, nobre Vereador Jair Tatto, da nossa comissão. Fui membro da Comissão de Finanças durante quatro anos, nos meus quatros primeiros anos de mandato, e tive o prazer de ter sido presidido também pelo Vereador Jair Tatto. Eu tenho certeza de que o Sr. Secretário Guilherme não fez política não. S.Exa. foi técnico até nos elogios em que fez ao

Vereador Jair Tatto, com certeza, merecedores.

E aqui, em nome da Vereadora Janaína Lima e dos Vereadores André Santos e Eduardo Matarazzo Suplicy, cumprimento os demais Vereadores presentes aqui nessas audiências públicas e cumprimentar também claro todo o Secretariado e todo o Executivo, em nome do Sr. Secretário Guilherme e os demais Secretários também. O Sr. Guilherme é o Secretário com quem estamos tratando aqui sobre os projetos da Fazenda.

Sr. Presidente, primeiro quanto a esse projeto, acho que nós estamos autorizando um possível empréstimo, que pode chegar a oito bilhões. Então, há uma previsão desse empréstimo. E para termos essa previsão, como também o plano de metas lógico é uma meta, é uma meta prevista, nós não sabemos. Esperamos e iremos auxiliar aqui o Executivo, que cumpra todas essas metas, mas, para essa previsão, nós precisamos aí de um planejamento.

Então, eu acredito que seja isso que o Executivo busque, não só nesse projeto, mas também nesse plano de metas, que foi muito bem construído. Inclusive, eu gostaria aqui de fazer um destaque: Nas audiências que foram feitas pelo plano de metas, todas em ambiente virtual, mostraram que sim a pandemia trouxe diversos prejuízos, mas, pelo menos, no processo legislativo, nós já vimos que é um processo virtual, um processo híbrido, que, com certeza, veio para ficar. Tanto é assim que vemos pela quantidade de contribuições que houve dentro desse programa de metas, feitos sim junto com esta Câmara. Pude participar de diversas audiências, mas também com toda a população.

Então, para ser cumprido esse plano de metas, a gente sabe que é um plano de metas de aproximadamente vinte bilhões de previsão de investimentos; e quanto a esse empréstimo de oito bilhões, eu acredito que seja realmente para garantir parte do cumprimento desse plano de metas. Eu gostaria de destacar aqui que parte dos eixos é o eixo da Cidade Justa Inclusiva. Nós sabemos que essa pandemia trouxe um grande prejuízo social para a Cidade.

Então, é muito importante. Tenho certeza de que esse cuidado com o social é uma das bandeiras da gestão, também a questão de seguro e bem cuidada. A Cidade está fazendo

o seu papel não só na segurança, mas também na zeladoria, muito bem conduzida pelo Secretário Modonezi.

Sobre o eixo Uma Cidade Ágil, eu trabalhei bastante e participei das discussões, trata da questão do investimento no transporte público nos corredores e na sua infraestrutura. Quero destacar que parte desses investimentos possivelmente esteja também inclusa a Ponte Graúna-Gaivotas, que é uma importante ligação no sul da zona Sul, inclusive, foi parte de uma das agendas do Prefeito Ricardo Nunes em Brasília.

Há uma série de outros modais que vão desde calçadas para os pedestres e suas melhorias, e para as ciclovias - o Plano Cicloviário muito bem feito pelo Prefeito Bruno Covas e sua equipe -, assim como o investimento no hidroviário. São vários modais que serão contemplados no Plano de Metas.

Quanto ao eixo da Cidade Inovadora e Criativa, eu gostaria de mencionar a participação da cultura, o destaque que teve desde a Gestão Bruno Covas, agora também com o Prefeito Ricardo Nunes, a construção - a inauguração, gostei desse termo que utilizaram no Plano de Metas: a Inauguração da Casa de Cultura de Cidade Ademar.

É um grande sonho, gostaria depois de fazer esse levantamento, mas creio que em todas as participações populares um dos pontos mais tocados nas audiências públicas feitas por esta Casa foi a Casa de Cultura de Cidade Ademar, assim como o CEU de Cidade Ademar, incluso num dos pontos de meta dos novos CEUs.

Sobre as hortas urbanas, adianto que eu sou de uma região que, assim como alguns que também fazem política nessa região, vimos um potencial de agricultura na cidade de São Paulo, principalmente dentro dos Polos de Ecoturismo, daí a importância do investimento nesse eixo do Plano de Metas.

Creio que é a minha única pergunta de tudo o que falarei, dirigida ao Secretário de Inovação e Tecnologia ou para quem o representa, é uma dúvida que eu tenho sobre a alteração da Lei Orgânica do Município que nós aprovamos, acrescentando a universalização do acesso a internet. Eu gostaria de saber se está previsto esse item dentro desse Plano de

Metas, que torna agora uma obrigação, também sobre o gasto e o quanto seria essa meta da Secretaria.

Também sobre mais dois eixos, bem rápido para não tomar o tempo dos demais Vereadores, mas o eixo Global e Sustentável, fundamental para a Cidade e o eixo Eficiente. Temos, inclusive, dentro desse eixo duas possibilidades: a questão do investimento, trazer um investimento internacional de até 13 bilhões de reais, é uma das metas que, tenho certeza, é muito arrojada também, assim como a melhoria no sistema de arrecadação. Também é muito importante essa meta, pois trará também bilhões, possivelmente, com a meta alcançada para o orçamento da Cidade.

Gostaria de falar um pouco, até sobre o tema que a Vereadora Janaína disse, sobre a questão do custeio. Acredito, inclusive, até podemos ver como está bem estruturado o Plano de Metas, porque inclui a questão do custeio. Há previsão dentro do Plano de Metas para o custeio.

Sou veterinário de formação, tenho uma preocupação com a causa animal, podemos ver que já há previsão para o custeio de hospitais veterinários na Cidade, dentro do Plano de Metas.

Quero chamar atenção para outro ponto referente ao custeio que é a previsão de construção de 14 novos piscinões na cidade de São Paulo. Quem participa da política regional sabe das dificuldades, inclusive, que se houver um piscinão o custeio é enorme. Tem de ficar fazendo diversas alterações no orçamento para conseguir cobrir o custeio desse piscinão que, sem a manutenção devida, nós sabemos que não funciona. Há inclusive essa previsão dentro do Plano de Metas.

Acredito que sim a previsão é muito bem feita, no que depender do meu empenho, vou trabalhar para que todas elas sejam alcançadas.

Era isso, Sr. Presidente. Cumprimento todos, vamos aguardar a próxima audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Goulart.

O próximo orador é o Vereador Aurélio Nomura.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente.

É só uma pergunta rápida. Nós vamos limitar o tempo das falas? Vejo que há falas bem longas. Só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O tempo das falas dos Vereadores não deve ser mais do que cinco minutos. Ultrapassamos em alguns casos, alguns Vereadores falaram bem menos, mas vamos continuar mantendo.

O Vereador Aurélio Nomura está nos ouvindo?

A próxima oradora é a Vereadora Cris Monteiro. Caso o Vereador Aurélio Nomura volte, nós chamaremos outra vez.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada. Obrigada aos que estão nos acompanhando por esta audiência pública, aos Secretários. Na realidade, já fui muito bem representada pela fala da minha Colga Janaína Lima, também dos Vereadores Antonio Donato e Eduardo Suplicy.

Gostaria de lembrar que, na quarta-feira, na sessão do Plenário em que estávamos votando em primeira, foi até às três horas da madrugada, basicamente, com vários de nós tentando obstruir porque queríamos mais informações, informações detalhadas, que é um direito dos Vereadores que representam todos que votaram em nós, ou seja, a população de São Paulo.

Eu percebi, naquela sessão, que não havia o desejo e o interesse de nos dar os detalhes sobre o empréstimo. Isso foi muito frustrante para mim como Vereadora de primeiro mandato. Eu esperava que a transparência reinasse.

Embora, alguns dos meus Colegas estão falando, que, enfim, isso vai ser colocado para a população, eu me pergunto por que o Governo não quer dar os detalhes de onde vai aplicar esses valores?

A Vereadora Janaína Lima, junto com o Vereador Fernando Holiday, que estavam fisicamente no Plenário, na madrugada de quarta-feira - eu, infelizmente, não pude estar

presente, mas acompanhei tudo *on-line* - ela fez um requerimento que pedia detalhes, basicamente isso, ou seja, nada de mais. Algo que é um trabalho muito comum dos Vereadores fazerem pedidos de informação. Esse requerimento foi derrubado pela base do Governo, o que é uma infelicidade, em minha opinião.

Eu insisto para que o Governo passe os detalhes. É apenas um pedido muito simples, tenho certeza absoluta de que o Secretário de Fazenda pode se sentar por meia hora, junto com a sua equipe, e detalhar para os Vereadores que, em seguida, detalharão para seus eleitores que foram quem nos colocou na Câmara e passar esses detalhes para nós.

É muito, muito simples. Fico me perguntando por quê? Por que não nos querem dar os detalhes? Estou falando “detalhes”. Não vai demorar mais do que meia hora ou 45 minutos do Secretário da Fazenda para fazer. Detalhes. Não estamos falando de 100 mil reais, estamos falando de oito bilhões.

Por que 500 milhões em dólar? Por que não 300, por que não tudo em dólar? São perguntas muito básicas para que a gente possa confortavelmente ajudar o Governo, porque essa também é a nossa função.

Se o que vem do Governo é para o bem da população, nós, Vereadores, vamos sim votar a favor. Mas para o Vereador votar a favor, ele e ela precisam, nós precisamos estar confortáveis.

Nitidamente, de acordo com aquela sessão que varou a madrugada, nós não estamos. A base do Governo, muito unida, forte e firme seguiu tratorando todos os Vereadores.

Foi uma experiência, para mim, como Vereadora de primeiro mandato muito infeliz, porque nos apequenou.

Então insisto. As perguntas do Vereador Donato, as do Vereador Suplicy, a apresentação que seja da Janaína Lima e outros que provavelmente vão atrás de mim, nos deem os detalhes. Essa é apenas uma pergunta simples que tenho certeza absoluta que existe.

Se não existir, temos um problema para aprovar esse empréstimo. Aí nós temos

como adultos, como Vereadores, representantes do povo, sentar novamente na segunda votação e perguntarmos a nós se o trabalho que vimos fazendo é, de fato, para ajudar a população. Porque começa a dar dúvidas, pulgas atrás das orelhas. Não foi para isso que fui eleita.

Agradeço muito e insisto, gostaria, quero, na verdade, gostaria até de exigir os detalhes dessa operação de empréstimo.

Obrigada, Vereador Paulo Frange e a todos que nos acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Cris.

O próximo orador é o Vereador Aurélio Nomura.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Vereador Paulo Frange, eu quero me inscrever para falar.

É a Juliana Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Presidente, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Sou depois de quem? Só para poder me acertar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Juliana, V.Exa. se inscreveu agora, tem mais um na frente, apenas.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Depois do Vereador Aurélio Nomura. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Ok. Obrigada.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Primeiro, eu cumprimento todos os presentes, o nosso Presidente que vem fazendo esse esforço, cumprimento os membros da Comissão, os Vereadores que participam desta audiência pública, também os Secretários, e os representantes das diversas secretarias.

Eu ouvi atentamente a apresentação do Secretário da Fazenda, achei bastante

interessante quando ele fez menção das 77 metas que foram apresentadas, assim como que serão investidos os recursos que buscarão em nível interno e externo para esses recursos.

Mas o que me chamou bastante à atenção, é que nós estamos também discutindo o Plano de Ação Climática. Dentro das ações apresentadas pelo Secretário das Metas de Governo, verificamos que não existe sequer menção com relação a essa questão.

Eu queria pegar apenas um dado, por exemplo, para mostrar a importância e a necessidade, de repente o Secretário pode nos indicar o porquê e onde estão as ações que vão ser contempladas. Como, por exemplo, a questão de energia indicando que 19% de todas as edificações da Cidade serão equipadas com sistema de geração distribuída fotovoltaica - isso, em 2030; de 100% de todas as edificações utilizando eletricidade para cognição; de 100% das novas edificações utilizando sistemas solares ou elétricos para aquecimento de gás; da redução de 64% de veículos movidos a combustíveis fósseis; em 22% da frota de veículos de carga movidos a tecnologia de zero emissões; apenas 15% das viagens serão utilizados o automóvel como modal principal; 4,8% de todas as viagens serão realizadas em bicicletas; redução de 17% do volume de resíduos sólidos gerados na Cidade; 54% de todo o resíduo em papel e plástico encaminhados para reciclagem; 17% dos resíduos orgânicos tratados por digestão aeróbica.

Na realidade, são premissas bastante audaciosas. A previsão é que sejam cumpridas em 2030. Nós estamos muito próximos.

A indagação é se dentro desses recursos que se pretende buscar está incluído o investimento dentro dessa área que faz parte do Plano de Ação Climática, mas não contempla através dessas metas do Governo.

Era isso que eu queria perguntar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Nomura.

Antes de passar para a Vereadora Juliana, ao Secretário de Finanças, complementando a pergunta do Vereador Nomura, apenas com relação aos resíduos sólidos, a nossa concessão termina em outubro de 2024. Quais seriam os investimentos até o ano de

2024, especificamente, com relação ao findar da concessão?

Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde aos Vereadores e Vereadoras, ao público que nos acompanha pela TV Câmara. Eu acho que acertamos em fazer uma audiência pública no final de semana. Mas nós erramos, mais uma vez, ao fazer audiência pública fingindo e chamando com dois dias de antecedência sem que a população possa estar, de verdade, sabendo das audiências.

Não venham me dizer, Vereadores e Vereadoras, que está publicado no *Diário Oficial*. É claro que os mandatos também acabam colocando em suas redes sociais. Mas assuntos dessa magnitude, principalmente, quando o Executivo pede uma autorização para contratar 8,4 bilhões de reais. Vou repetir: 8,4 bilhões de reais.

Eu tenho uma sensação, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, claro Secretários que sempre encontramos na Câmara Municipal ou em audiência pública, ou a vinda dos senhores ao Plenário, falam sobre a relação de orçamento, que faltam recursos.

Porém, a Bancada do PT tem demonstrado há muito tempo que existe recurso dentro do Tesouro Municipal. Mas isso não é só o que a gente tem dito. Em minha opinião, 8,4 bilhões de reais, é para ser um cheque em branco.

Não adianta os Srs. Secretários virem aqui dizer que precisam disso, aquilo, aquilo outro. A lei é muito específica, tem de estar escrito no papel. Se tudo o que vocês falam que têm necessidade de fazer, de ter recurso para cultura, educação, saúde, entre outras secretarias que estão aqui, é preciso estar claro. O dinheiro vai chegar para aonde? O dinheiro vai chegar para fazer o quê?

Não há condição somente em audiência pública, no falar, ser o suficiente para que nós Vereadores possamos estar seguros em fazer um tipo de votação dessas.

Eu queria fazer algumas perguntas: a primeira, a Câmara Municipal de São Paulo já aprovou quatro projetos de lei autorizando o Executivo a contrair operação de crédito. Isso totaliza o valor de 5,9 bilhões. No entanto, nos cofres municipais apenas 994 milhões por

operações de crédito.

Qual é o motivo de autorização de novas operações de crédito se o Governo não conseguiu nem contratar as operações que já foram autorizadas? É um absurdo não fazer o que já foi autorizado, mais uma vez, quando vocês colocaram esses recursos, dessas operações de crédito aqui, também foi da mesma forma, sem estar creditado onde, para quê, fazer o quê, para quando?

Outra pergunta é se agora não seria o momento de a Prefeitura de São Paulo executar os recursos em caixa e as operações de crédito já aprovadas pela Câmara Municipal? Não seria mais prudente executar os recursos disponíveis para depois contrair novas operações de crédito, uma vez que a Prefeitura possui 22 bilhões em caixa e o custo, com juros, dessa nova operação seria superior a 3 bilhões de reais?

A última pergunta: após a renegociação da dívida com a União a gestão que foi feita na Prefeitura com o Haddad, São Paulo recuperou a capacidade de investimentos por meio de operações de crédito. Os recursos podem ser aplicados para combater a desigualdade e na solução de problemas estruturais do Município. No entanto, o projeto que está sendo colocado na Casa é genérico. Pergunto aos representantes do Executivo: não seria importante utilizar os recursos para combater a desigualdade social, principalmente neste momento que nós temos tanto desemprego, miséria, fome, as pessoas estão passando por muitas dificuldades.

Com os critérios que estão muito bem-organizados e que têm um objetivo claro, um estudo recente da Fundação Tide Setubal, por exemplo, e a Rede Nossa São Paulo, construíram uma proposta de distribuição de recursos de investimentos, segundo o índice de redistribuição territorial do orçamento público.

Ou seja, as subprefeituras estão com os piores indicadores sociais, receberiam e poderiam receber maior recurso. O Executivo possui alguma meta nesse sentido? Pelo que estamos vendo não, porém poderíamos construir um substitutivo para que esses recursos de fato sejam utilizados para combater a desigualdade, em que pese, Sras. e Srs. Vereadores, já

há recurso em caixa, é só usar. Querem fazer créditos agora, pegar empréstimo para depois outras prefeituras que vierem terem de pagar a dívida que os senhores não estão executando da forma correta.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Fico aqui para ouvir os demais secretários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora. Presente conosco também o Vereador Alessandro Guedes. Já somos 20 Vereadores participando desta audiência pública. Vereador André Santos é o penúltimo orador, em seguida o Vereador Fabio Riva. Indago se há mais inscritos. É só comunicar.

Vereador André Santos tem a palavra.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Bom dia, Sr. Presidente Paulo Frange, quero cumprimentar a minha amiga, Vereadora Janaína Lima, o sempre querido Vereador e Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, Vereador Rodrigo Goulart, presente conosco também, todos os Vereadores, especialmente os secretários que hoje estão acompanhando.

É importante citar um assunto, porque foi mencionado que a Base do Governo não estava interessada em querer saber os detalhes. Nós, na última quarta-feira, justificamos e saímos daqui às 3h, porque houve um amplo debate. Aqui não é um lugar onde só prevalece um Vereador, há um debate de ambos os lados, com respeito, no campo das ideias sem atingir a pessoa de cada um, mas no campo das ideias. E no final, na hora do voto prevalece quem no campo das ideias foi mais forte.

Então foi o que aconteceu na última sessão, na Câmara. E hoje a prova de que a Base do Governo, estou falando porque faço parte da Base do Governo e preciso dar uma resposta às pessoas que votaram em mim em relação a isso. A prova de que estamos interessados nos detalhes é que estamos aqui ouvindo os secretários, ouvindo a explanação de todos os Vereadores, o que é importante, para que no final consigamos finalizar o projeto de maneira que haja um bem-estar para a Cidade como um todo.

É mais essa questão de observação, respeitando tanto aqueles que votaram positivamente quanto aqueles que votaram negativamente. Em nenhum momento chegamos

para falar sobre aqueles que se opuseram, aqueles que obstruíram o tempo todo, aqueles que votaram contra. É direito do Vereador debater. É direito do Vereador votar a favor ou contra. Por isso, há o respeito da parte de todos nós para com todos os Vereadores e precisamos que o respeito também aconteça do outro lado, uma vez que votamos de maneira positiva autorizando, e precisamos também que seja conservado esse respeito.

Quero deixar aqui, não sei se é possível a apresentação, a carta do Prefeito Ricardo Nunes enviada para a Câmara Municipal. Em cima disso quero fazer a pergunta para o Secretário da Fazenda, Guilherme Bueno de Camargo. Diz o seguinte o texto do Prefeito: “Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., a fim de ser submetido ao exame e apreciação dessa egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que altera a lei nº 17.254, de 26 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito interno ou externo para financiar a execução de projetos de investimento no Município de São Paulo. A Prefeitura de São Paulo possui portfólio amplo de projetos de investimento em diferentes setores e regiões do Município, em consonância com as prioridades da atual gestão municipal devidamente previstas pelo Programa de Metas 2021/2024. A atuação municipal, entretanto, é muito mais ampla e abrangente que o escopo do Programa de Metas e os desafios diante da necessária retomada econômica que são enormes especialmente pelos efeitos da pandemia da Covid-19, nos anos de 2020 e 2021. Para alavancar os investimentos na Cidade destaca-se a pretensão de realizar investimento nas áreas habitacional, inovação e tecnologia, drenagem ambiental, cultura e lazer, bem como intervenções na área de mobilidade urbana, investimentos, esses a serem oportunamente definidos considerando as prioridades setoriais previstas pelo Programa de Metas”.

Secretário, a pergunta que quero deixar para que responda, nas suas conversas com o Prefeito, S.Exa. tem demonstrado de fato essa preocupação em reaquecer a economia, em fazer com que o plano de metas de fato funcione, embora o plano de metas seja bem ousado, qual o sentimento do Prefeito em relação a isso e se essa autorização de operação de crédito não passar na Câmara Municipal, qual o risco de comprometer o cumprimento do plano

de metas e naturalmente impedir que haja um aquecimento econômico e um bem estar maior para a nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador André Santos. Vereador Fabio Riva tem a palavra.

O SR. FABIO RIVA - ... (Falha na transmissão) ... Queria, de forma muito breve, corroborar na íntegra a fala do Vereador André Santos. E uma precisão no tocante à autonomia de cada Vereador na decisão do seu voto.

Precisamos tirar de vez algumas expressões como tratorar, passar a votação sem discutir. Nós discutimos as votações, isso faz parte do Parlamento, concordar ou discordar do projeto é uma prerrogativa dos Vereadores, mas não se pode menosprezar a inteligência de quem vota favorável, em que pese que alguns tenham algumas propostas, inclusive, como a Vereadora Cris Monteiro falou, até discordo um pouco da fala de S.Exa., mas a forma da fala ...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. FABIO RIVA - Acho que essa é a construção que temos de fazer na Câmara Municipal. Estamos tentando construir cada vez mais de forma ... (Falha na transmissão) ... com diálogo ... (Falha na transmissão) ... muita clareza com referência a esse pedido de empréstimo, porque falei com o Prefeito Ricardo Nunes, com outros Vereadores,... (Falha na transmissão) ... Vereador que conhece muito de finanças públicas e estava na Comissão de Finanças, e ele me explicou a importância disso para os investimentos da Cidade.

Queria elencar um único ponto que para mim é muito caro, é minha bandeira de luta, que é moradia. São 49 mil unidades habitacionais ... (Falha na transmissão) ... só ali são 5 bilhões de reais, ... (Falha na transmissão) ... um único já teríamos 5 bilhões comprometidos com habitação, inicialmente de interesse social ... (Falha na transmissão) ... Tem ali mais 3 bilhões para urbanização de assentamentos precários ... (Falha na transmissão) ... dignidade, pertencimento. Então só aí já temos 8 bilhões.

Então por isso é importante esse detalhamento do Plano de Metas e os valores de

investimento. Eu também sou totalmente contrário aos ... (Falha na transmissão) ..., mas sei que precisamos investir na Cidade. E mais do que um investimento em obras é geração de emprego. É emprego ... (Falha na transmissão) ... na veia do paulistano que por conta da pandemia sofreu, perdeu empregos, a Cidade vira um canteiro de obras e isso é emprego, retomada econômica. É isso ... (Falha na transmissão) ... lá fora espera da Câmara dos Vereadores.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer V.Exa., mais uma vez dar um abraço no Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Jair Tatto, agradecer o Secretário. As perguntas que fizeram já me contemplam, gostaria de um *feedback* da resposta do Secretário Guilherme, que é uma pessoa sensacional, tranquilo, de forma muito transparente responde às perguntas. É dessa forma que estamos construindo com transparência os projetos propostos para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Obrigado, Presidente, só para colaborar com o Vereador Riva, e agradecer muito a questão da moradia, a gestão Doria/Covas fez mais do que o dobro da gestão passada. E a gestão Ricardo Nunes agora vai fazer o dobro do que entregamos na gestão Doria/Covas.

Então os recursos são fundamentais para atendermos quem mais precisa, o interesse social. Isso também vai gerar emprego e movimentar a Cidade. São obras fundamentais, a Cohab realizou a primeira PPP Municipal do Brasil, até da América Latina. Então vamos colaborar e muito na habitação.

E a preocupação do Prefeito com os moradores de rua está sendo diária. O Prefeito, o Secretário Landinho, nós três estamos batalhando projetos novos para atender a população...

O SR. ANTONIO DONATO - Presidente, é para fazer discurso ou é para responder?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Só para indicar os números, vamos fazer 49 mil unidades.

O SR. ANTONIO DONATO – Vamos seguir a ordem. Tem mais de 1 bilhão no Fundurb que não é gasto, poderia ser gasto na habitação há mais de dois, três anos.

Vamos responder as perguntas e seguir a audiência, Presidente. Se é para fazer política, nós fazemos também.

O SR. FABIO RIVA – Só habitação são 8 bilhões.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Obrigado, Presidente, só para dar esse número, que vamos fazer o dobro de habitações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos passar às respostas, há um inscrito, Sr. João Moreirão. Está nos ouvindo, João?

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Estou sim, Vereador, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra, João. As pessoas que estavam inscritas no início só se inscreveram, mas não estão presentes. Ficou o João Moreirão, que está conosco desde o início assistindo com toda a paciência. É o representante do Conselho Participativo, tem a palavra, por favor.

O SR. JOÃO MOREIRÃO – Muito obrigado, Vereador, cumprimento as Sras. e Srs. Vereadores, o Presidente da audiência, Secretárias, Secretários, meus concidadãos e concidadãs presentes na audiência, evidentemente me sinto plenamente representado pelas Vereadoras e Vereadores desta Câmara Municipal, particularmente depois das intervenções e questões levantadas, me senti bastante representado.

Mas há uma questão que para mim, pelo Conselho Participativo no dia a dia, é particularmente importante. Por exemplo, há um item aqui, implantar 30 novos equipamentos de saúde no Município. Muito bom, não vou nem entrar no mérito se é suficiente ou não, vou presumir que é o possível, mas onde?

Porque a percepção da população, e não é uma percepção destituída da realidade, não é uma narrativa artificial, é que os equipamentos de saúde são mais e melhores nas regiões onde a população que tem planos de saúde é percentualmente maior. Onde a população da periferia tem mais necessidade os equipamentos de saúde são mais escassos e menos equipados, seja de especialistas, seja de equipamentos. São algumas questões.

Queria levantar também uma questão com relação ao meio ambiente, da implantação de parques, essa falta de detalhamento me leva a alguns questionamentos. Por exemplo, na região administrativa onde sou do Conselho Participativo, nós não temos absolutamente nenhum parque. No entanto, a Prefeitura acabou de autorizar a construção de uma garagem de ônibus num local onde existe um parque que não está acessível ao povo. O parque está lá, existe, é antigo, não está cuidado. E ao invés de ser transformado em parque público para benefício da população, será construída – de acordo com o que soube da Prefeitura, espero que não aconteça – uma garagem e oficina de ônibus e caminhões, de 25 mil metros quadrados. Inclusive, está na Justiça, veremos o que vai acontecer.

A última questão que quero levantar, o Vereador Donato comentou que há uma sobreposição de investimentos e citou o caso das PPPs. Eu diria que há uma contradição, as PPPs tão elogiadas como uma novidade, diga-se de passagem, uma novidade que quem as inventou na Europa já está rejeitando, porque não funcionaram. As PPPs, Parceria Público-Privada, previstas para a Habitação de Interesse Social, na realidade, olhando com atenção o edital e os contratos já firmados é para a construção de habitação para classe média. Elas exigem uma comprovação de rendimento que habilite a aprovação de crédito em banco comercial. Não é para habitações de interesse social, a não ser num sentido mais amplo, porque todas as habitações, até dos Jardins e do Morumbi, são de interesse social, mas no sentido que está no plano de metas não é.

Então diria que é uma grave contradição. Inclusive, alguns dos lotes, e tenho o maior deles na região administrativa onde sou conselheiro, nenhuma das famílias que moram nas áreas que pleiteiam a urbanização e regularização, conseguirá ser beneficiada pela PPP

prevista para lá.

Estou voltando a essas questões porque o detalhamento de como esse dinheiro será utilizado, confio plenamente na capacidade dos Vereadores de analisarem esse projeto de autorização de crédito, não tenho nada a dizer, quanto mais dinheiro para melhorar a vida dos paulistanos melhor, mas sem o detalhamento corremos o risco de, na verdade, estarmos a discutir algo que ao invés de melhorar vai complicar.

Dou outro exemplo, corredores e linhas de ônibus, mas não vejo, por exemplo, se há algum plano para uma necessidade extrema que tem sido reivindicada, as linhas transversais aos bairros, não os corredores que levam dos bairros para a Cidade, porque isso só vai atravancar mais, só vai entulhar mais ônibus, só vai criar dificuldade.

Estou levantando essas questões com o apelo que alguns Vereadores fizeram, de que esse plano seja bem detalhado, que esses detalhes possam ser discutidos, avaliados, sob o risco de termos um plano bonito, com números formidáveis, mas que não vai melhorar a Cidade. É esse o apelo que faço.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Moreirão, mais uma vez um exemplo não só de cidadania a vossa presença, como também de muita lucidez. Muito obrigado.

Vou passar a palavra ao Secretário Guilherme, para que responda as questões da Secretaria, e à medida que for passando da fala do Guilherme, os Secretários que foram citados quanto ao tema de cada um.

Secretário Guilherme, tem a palavra para responder aos questionamentos.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Sr. Presidente, muito obrigado, antes gostaria de agradecer as gentis palavras do nosso Vereador, Líder do Governo, Fabio Riva, também um grande amigo, tem sido um parceiro da Prefeitura e da Secretaria da Fazenda.

Presidente, vou tomar a liberdade de fazer uma manifestação bastante ampla. Acho

que com isso eu vou conseguir responder a enorme maioria das questões, até porque muitas delas foram repetidas. Então eu acho que fazendo essa fala, consigo atender a maioria das questões.

Agradeço aos Vereadores pelas observações e pelos questionamentos.

Em primeiro lugar, o que esse projeto de lei faz, na verdade, é iniciar o planejamento da execução do Plano de Metas. O Plano de Metas acabou de ficar pronto, foi nesses últimos dias que nós tivemos os projetos, enfim, as ações que a Prefeitura vai executar nos próximos - até agora - três anos e meio. A partir daí, nós teremos uma demanda por recursos - volto a dizer que são recursos de investimentos.

O papel da Secretaria da Fazenda é prover os recursos financeiros necessários para os investimentos, para os projetos e para a execução das políticas públicas. No caso dos investimentos, por conta da situação financeira da Prefeitura, nós temos condições de fazer uma captação de crédito no mercado, para que a gente tenha, obviamente, recursos suficientes para os próximos anos executar esses projetos. Obviamente, tudo isso com responsabilidade fiscal que tem sido a premissa básica dos últimos anos.

Não é por outra razão que a Secretaria da Fazenda e a Prefeitura de São Paulo têm hoje indicadores invejáveis do ponto de vista das finanças públicas.

Muito bem.

Como funciona esse processo é algo que eu acho importante, porque é um processo longo. Alguns dos Srs. Vereadores que já estiveram na Gestão, inclusive o Vereador Donato, sabem como é difícil o Poder Público executar um projeto de grande porte.

Tudo começa com um projeto que deve ser detalhado, em razão disso há uma demanda por recursos e a Secretaria da Fazenda vai encontrar as fontes de financiamento para atender as demandas.

Essas fontes podem ser várias, como, por exemplo, a 00, que são os recursos do Tesouro ordinários; podem ser fontes de outros governos, via repasses; podem ser fontes também de financiamento; podem ser fontes de fundos que existem na Prefeitura, como o

Vereador Donato citou o Fundurb; há outros como o FMSAI; há as operações urbanas, enfim, para cada projeto nós vamos encontrar as melhores fontes de financiamento e tentar otimizar a aplicação dos recursos.

Todos sabem, não preciso nem dizer, que não é o desafio dos mais fáceis, é um desafio que não depende só da Secretaria da Fazenda. Ele começa aqui com V.Exas., aprovando orçamento, aprovando as leis tributárias, e assim por diante, inclusive, aprovando, autorizando a Secretaria a eventualmente fazer operações de crédito.

Mas uma coisa importante é que isso não é apenas uma operação de crédito. Nós não teremos apenas uma operação de crédito, mas algumas operações de crédito. Nós ainda não sabemos ainda o montante total que vamos ter, porque vai depender, obviamente, de uma apuração do projeto.

As áreas fim: Siurb, subprefeituras, Saúde, Cultura, cada uma delas está já elaborando seus projetos, estão concretizando os trabalhos para que a gente faça depois o estudo das melhores fontes de financiamento.

Por conta até da evolução da legislação, posso dizer para V.Exas., que sabem muito melhor do que eu, que as operações de crédito podem ser, no Poder Público, as operações mais controladas que existem, ou seja, são as mais auditadas e periciadas porque a legislação é muito rígida quanto a isso.

É importante dizer que não estamos falando de cheque em branco. Não existe cheque em branco em operação de crédito. Não existe. Toda operação de crédito é extremamente controlada, passa por diversos órgãos e instâncias de controle, sejam municipais, sejam no Governo Federal.

Nós temos pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional que são muito rígidos. Seguem normas bastante rígidas, específicas. O Senado tem de aprovar. Assim, não existe cheque em branco em operação de crédito. Serão várias operações de crédito. Obviamente, elas serão feitas à medida que os projetos forem aparecendo.

O que nós não podemos fazer – e V.Exas. vão compreender – é deixar para a

última hora e pedir autorização para cada uma delas a V.Exas. Por quê? Porque, aí, sim, teremos mais atrasos do que normalmente já se tem. É importante dizer: não há cheque em branco em operação de crédito. Toda operação de crédito é individualizada. Você só pode fazer operação de crédito para uma operação.

Essa operação – mais uma questão importante – é sempre para investimento. Nós temos vedação para fazer operação de crédito para pagar custeio. Isso nós não podemos fazer. Já está proibido por lei. É vedado. Então, toda operação de crédito que, eventualmente, decorrer desta aprovação será feita para investimentos, porque é assim e nós somos obrigados.

Muito bem. Outra questão importante – aí, estou respondendo, especificamente, a uma questão do Vereador Antonio Donato, que ocupou, já, um cargo muito importante na área de Administração Municipal e sabe bem disso – é que operações de crédito são muito demoradas. Elas podem durar alguns meses – se forem nacionais e se der tudo certo – e podem levar até anos. São os casos de operações com bancos de fomento internacionais, caso do Banco Mundial e do BID. Demora até dois anos para se ter uma aprovação dessas. Enfim, realmente é muito difícil conseguir fazer uma operação de crédito. É por isso que nós estamos nos preparando para isso com antecedência, para não ficarmos, depois, premidos no tempo e atrasarmos os projetos para a cidade, porque não temos autorização para fazer a operação de crédito “a”, “b”, “c” ou “d”.

Outra questão importante: essa lei não é uma lei aberta, como estão colocando. Na verdade, estamos alterando uma lei que foi aprovada, já, nesta Casa, que é a Lei 17.254. Nós só estamos aprovando um valor maior do que o que já tínhamos aprovado em 2019 e, além disso, incluímos lá três itens como possíveis de ser objeto de operação de crédito. Então, nós estamos seguindo o que foi aprovado nesta Casa. Em 2019, foi aprovada uma operação de crédito. Nós estamos alterando essa lei. É bom que se diga que a lei que foi aprovada na Assembleia Legislativa para o Governo do Estado é praticamente a cópia da nossa, de 2019. Eles praticamente copiaram a nossa lei de 2019, que foi aprovada por V.Exas.

Feitas essas considerações, eu também quero fazer, agora, uma observação sobre as operações de crédito que foram aprovadas e fazer algumas observações para aquelas que ainda não estão operando. Uma delas é a do Corredor Aricanduva. Então, eu quero informar V.Exas. de que essa operação está em andamento. Nós já encaminhamos toda a documentação. Enfim, está em fase final de aprovação na Secretaria do Tesouro Nacional e deverá, muito em breve, estar liberada.

Quanto à operação de crédito da Chucri Zaidan, infelizmente tivemos um contratempo por conta da Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal foi selecionada para fazer essa operação e aí há mais uma observação importante. É que a Secretaria da Fazenda tem todo um regramento para fazer a escolha da instituição financeira. Nós não escolhemos a instituição financeira a dedo. Fazemos um chamamento e nesse chamamento nós escolhemos qual é a instituição financeira que está propondo as melhores condições econômicas para a Prefeitura de São Paulo.

Então, voltando, só, agora, para o caso da Chucri Zaidan, nós fizemos esse chamamento. A Caixa Econômica Federal ganhou o chamamento. Apresentou a melhor proposta. Nós fizemos todo o encaminhamento para fechar o contrato com eles. Tivemos todas as aprovações. Na última hora, a Caixa Econômica, por razões internas, disse que só poderia nos emprestar cem milhões de reais.

A Secretaria da Fazenda, obviamente, ficou muito decepcionada com isso. Chegamos a fazer várias gestões, até que aceitamos, então, que eles financiassem cem milhões de reais. Aí, eles nos deram a última informação – foi na semana retrasada – de que nem os cem milhões eles fariam, a não ser que déssemos contrapartidas para a Caixa Econômica Federal.

Então, nós vamos desistir dessa operação com a Caixa. Vamos fazer com outra instituição financeira, primeiramente, porque a Prefeitura não se submete à chantagem da Caixa Econômica Federal. Em segundo lugar, é porque nós já perdemos muito tempo com eles e vamos, então, fazer um novo chamamento, provavelmente, para chamar uma segunda

instituição financeira.

A operação de crédito que V.Exas. aprovaram recentemente é para pagamento dos precatórios. Como bem disse o Vereador Antonio Donato, essa operação foi autorizada e o pedido de autorização foi feito para que tivéssemos a oportunidade de trocar uma dívida mais cara e de mais curto prazo por uma dívida mais longa e com menos custo, com condições de juros e correção melhores. Nós estamos ultimando os estudos para realmente preparar um edital de chamamento, para fazermos essa operação, eventualmente. Então, a única operação que, de fato, não aconteceu – e, obviamente, isso não passa pela Secretaria da Fazenda – foi a operação de crédito para financiar os projetos da Secretaria de Segurança Urbana.

Muito bem. Feitas essas observações, enfim, eu quero dizer, primeiramente, o seguinte: obviamente, o que nós estamos visando é a fornecer e a prover os recursos necessários para o Plano de Metas da Prefeitura. Quais serão os projetos que vão ser financiados com a operação de crédito, seja parcialmente, seja totalmente? Isso vai depender da maturação de cada projeto. Como eu disse, as Secretarias estão preparando esses projetos. Alguns já estão bem adiantados; outros, nem tanto. Quando eles apresentam isso para a Secretaria da Fazenda, ela vai encontrar os recursos, sejam recursos, como dito, do Tesouro, sejam recursos de fundos, sejam recursos decorrentes das operações de crédito.

Obviamente, nós vamos fazer isso à medida que os projetos forem sendo encaminhados e forem sendo maturados. Não há como, neste momento – o Plano de Metas acabou de ser concluído há duas semanas – termos cada operação de crédito definida para cada um desses projetos. O que é importante é: teremos recursos para fazer todos os projetos que estão no Plano de Metas. Esse é o papel que a Secretaria da Fazenda tem e vai cumpri-lo. Nós vamos prover a Prefeitura, enfim, as áreas-fins, dos recursos necessários para que cada um desses projetos que estão lá, relacionados, seja financiado. A fonte, obviamente, vai depender da fonte que for mais conveniente para a Secretaria.

Isso, então, senhores, na verdade, é uma estratégia de planejamento. Nós estamos tentando nos antecipar para que possamos estar preparados para o momento em que esses

projetos estiverem prontos, maturados, e estejamos com os recursos, já, à disposição, para cada Secretaria poder licitar e dar início ou andamento aos seus projetos.

Mais uma vez, volto a dizer: não há uma operação mais controlada no setor público do que uma operação de crédito. Então, não há cheque em branco. Nós teremos todos os controles, sejam desta Casa, sejam do Tribunal de Contas do Município, sejam do Ministério Público, sejam, especialmente, da Secretaria do Tesouro Nacional, sejam do Senado Federal, sejam, até, da própria instituição financeira, que só vai emprestar recursos para o ente público que tiver, obviamente, boa saúde financeira e condições de pagar o financiamento – que é o caso da cidade de São Paulo.

Uma pergunta também foi feita sobre as operações em dólar. Por que a operação é em dólar? A operação em dólar foi prevista por uma razão simples: os bancos internacionais de fomento, Banco Mundial, BID e outras agências de financiamento internacionais, só fazem, obviamente, financiamentos em dólar. Então, uma informação importante é que, primeiramente, a nossa exposição em moeda estrangeira, da Prefeitura, é baixíssima. Nós temos pouquíssima exposição em moeda estrangeira.

Segunda informação importante: se, por acaso, fizermos um financiamento estrangeiro, obviamente só o faremos se for, de fato, um financiamento benéfico para a cidade, inclusive, do ponto de vista da comparação com linhas de crédito nacionais, internas. Só faremos um empréstimo com um banco desses se tivermos taxas de juros subsidiadas e, enfim, se o risco cambial for menor do que o benefício que teremos com essa taxa de juros. Mais do que isso: se for preciso, utilizaremos instrumentos, ferramentas de *hedge*, para proteger a Prefeitura de eventuais variações cambiais.

Então, estou só explicando por que elas estão previstas. É porque pode ser que o Banco Mundial tenha interesse em financiar, por exemplo, algum projeto específico nosso. Precisamos ter essa previsão para que possamos celebrar com eles um contrato, eventualmente, de financiamento.

Só para reforçar, também, a execução do Plano de Metas não é importante só

porque concretiza a escolha do cidadão quanto ao caminho que a cidade deve tomar. Ele é muito importante, neste momento – e isso até responde ao Vereador André Santos – para a retomada do crescimento econômico. O Prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, tem se mostrado extremamente preocupado com essa questão. Tem adotado todas as medidas possíveis para que a cidade de São Paulo tenha, vamos dizer assim, uma retomada e uma recuperação, o mais rapidamente possível, desta crise da Covid, que abalou o mundo inteiro e, obviamente, também a nossa cidade. Enfim, eu acho que isso é importante. Isso é fundamental para a cidade de São Paulo.

Se a Prefeitura não tiver as condições – aqui, passa obviamente pela ausência de autorização para celebrar essas operações de crédito –, provavelmente não haverá recursos suficientes para cumprirmos integralmente o Plano de Metas. Então, faz parte das finanças públicas e da lógica das finanças públicas tomar crédito para antecipar o que precisaríamos de muitos anos para fazer.

Enfatizo que isso começou com a renegociação que foi feita no Governo de Fernando Haddad e continuou depois, porque o índice de endividamento da cidade continuou caindo por conta da responsabilidade fiscal e de toda a preocupação que os gestores tiveram com as finanças da cidade. Com todo o esforço que foi feito ao longo desses últimos anos, nós temos espaço para tomar operações de crédito, para tomar crédito e antecipar essas políticas públicas – e é isso o que nós estamos fazendo.

Então, Sr. Presidente, eu acho que eram essas as minhas colocações. Obviamente, se os meus colegas quiserem fazer observações sobre cada uma das suas áreas, poderão complementá-las, mas eu agradeço a oportunidade. Mais uma vez, agradeço a todos os Vereadores e, enfim, a todos os que fizeram comentários e questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, fica faltando uma situação, que não foi perguntada, mas foi questionada na Comissão. Que garantia o Município vai dar para

esse tipo de empréstimo? No último empréstimo, de pouco mais de um bilhão, o que nós demos em garantia? No caso do BID, nós sabemos exatamente o que houve e o que aconteceu. Portanto, com garantia, o *spread* transforma essa dívida em uma dívida muito mais barata, em termos de pagamento em longo prazo. O que nós teríamos de fazer para operacionalizar o empréstimo com garantia e qual seria a garantia para esse tipo de empréstimo?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, para cada linha de crédito a Prefeitura tem uma garantia. Umas, inclusive, são garantias do próprio Governo Federal. O Governo Federal é que presta garantia para a Prefeitura. Em outras, como, por exemplo, na que nós acabamos de fazer, recentemente, até porque a lei autoriza, que é a do pagamento de precatórios, a garantia é a própria garantia de receitas da própria Prefeitura.

Assim, não temos como dar uma regra básica. Vai depender da linha de crédito. Para cada projeto, temos uma linha de crédito mais adequada, mais conveniente. Basicamente, costuma ser isso, Presidente. A União garante, em alguns casos, algumas linhas de crédito. Outras são nossas receitas, mesmo. Enfim, para cada uma delas, precisaríamos estudar o caso concretamente.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Sr. Presidente, é Alex, da Cohab, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – É só para colaborar com o Secretário Guilherme. Parabéns pela apresentação, Secretário. Foi dito que a PPP não tem HIS, mas 60% das unidades da PPP destinam-se, exclusivamente, a HIS. As demais são um *mix* de faixa de renda, mas são todas de classe média. Acima de 60% chegam à classe média. Das 49 mil, são as 25 mil que nós vamos fazer, só via PPP, pela Cohab.

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Há uma pergunta ao Secretário de Inovação e Tecnologia. É o Sr. Alexandre que deve responder àquela que o Vereador Rodrigo

Goulart fez com relação à Lei Orgânica do Município, que está sendo mudada para que possamos manter o direito à universalidade da internet. Na LDO, há 72 milhões com o mesmo texto, ou seja, com a mesma finalidade. A pergunta é: o que está na LDO é para financiar? Vamos ter uma despesa corrente futura, uma despesa permanente futura? Quanto representa o custo dessa universalização?

O SR. ALEXANDRE AMORIM – Sr. Presidente e Sr. Vereador Rodrigo Goulart, dentro do Programa de Metas encontra-se o plano de expansão da rede de *wi-fi* para 20 mil pontos de acesso livre à internet. A princípio, nós utilizaremos o modelo atual, que é o credenciamento de empresas para a exploração desses sinais, do sinal de internet, das antenas de internet, sem um custo para o Município. Esperamos ampliar esses pontos com o mesmo modelo. Caso não seja possível, utilizaremos esse valor para investimento, mas a orientação dada, que nós temos, do Sr. Secretário Juan, é utilizarmos o modelo de credenciamento para o plano de expansão desses 20 mil pontos de internet, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado. Secretário Marcos Monteiro, há umas questões de V.Exa. para resposta.

O SR. MARCOS MONTEIRO – Perfeito, Vereador. Vou comentar algumas coisas, reforçando o que o Secretário Guilherme falou. Especialmente, na Seurb, os projetos para a área de construção civil são projetos de longa (ininteligível), que exigem o projeto em si, a avaliação inicial de custos, a realização do projeto e, depois, licitação de obra em obra. São processos longos e, para nós, o planejamento é essencial. Acho que ninguém pode negar que, para a retomada econômica, a construção civil é essencial, porque ela tem um nível de empregabilidade muito alto.

O Vereador Antonio Donato comentou sobre as PPPs dos piscinões. Vereador, nós estamos trabalhando com a PPP do piscinão. Na verdade, ela foi retirada da pauta no ano passado. Chegou a ser feita uma licitação e ela foi retirada. Agora, nós estamos trabalhando com a SP Parcerias, na verdade, para fazer um reequilíbrio econômico da PPP. A construção da PPP de piscinões é complicada economicamente, nós estamos reestudando. Ela prevê

cinco novos piscinões dentro da PPP. Mas nós estamos deixando esses piscinões como extras – nós não estamos contando com esses cinco piscinões dentro dos 18 que eu comentei que nós estamos trabalhando ativamente para entrega. Então são cinco piscinões menores para conseguirmos esse equilíbrio financeiro, mas que estão fora dos 18.

Complementando o que o Secretário Guilherme comentou de dentro dos projetos e da maturação dos projetos, a dificuldade; quer dizer, temos que ter esses projetos já estruturados para poder detalhar. Eu dou um exemplo, dentro das duas metas que temos dentro da Secretaria.

Os 14 novos piscinões, como eu comentei, estamos com 18 definidos. E quando a Câmara quiser conhecer quais são os 18, nós podemos apresentar para a Câmara. Desses 18, seis deles já estão em andamento, alguns com algum problema no TCM, que nós estamos buscando resolver; e tem sido dado andamento a outros – por exemplo, o Piscinão do Paciência. Alguns deles já estão em licitação de projeto ou em licitação de obra. E apenas dois nós vamos iniciar os estudos agora. Então, na verdade, dos 14, 16 ou estão em andamento ou estão em processo de licitação e obra; e apenas dois vão começar a ser estudados a partir de agora.

Então, com relação a piscinões, nós temos como pegar, detalhar, mostrar em que regiões eles são implantados, diferentemente do que é a nossa segunda meta, que são as 160 intervenções. Essas intervenções são definidas a partir dos relatórios de vistoria que nós recebemos.

Como eu comentei, agora nós estamos finalizando o estudo de 107 relatórios de obras de arte da cidade. E somente a partir de agora, com a finalização dessas análises, é que nós vamos ter uma ideia mais clara de quais obras de arte vão necessitar de reforços, de reparos ou de intervenções mais simples, como troca de junta. E agora no segundo semestre nós vamos lançar outras 50 vistorias especiais, que daqui a uns seis meses vamos começar a obter resultados. É um projeto que vai acontecendo ao longo do tempo e que nós não temos condições ainda de detalhar. Então foi nesse sentido que o Secretário Guilherme falou que tem

coisas que estão, sim, definidas, e cada Secretária tem a meta bastante clara e as definições bastantes claras; e outras vão acontecer à medida que avançarmos no tempo.

Eu iria comentar também sobre o corredor da Chucri Zaidan, do Aricanduva – mas o Secretário Guilherme já falou. No caso do BRT Aricanduva, é financiamento do Banco Mundial, está em análise pela secretaria do Tesouro, e depois vai para aprovação pelo Senado Federal.

Então é isso que eu queria colocar com relação aos pontos pertinentes à Siurb – Secretaria de Obras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Muito obrigado, Marcos Monteiro.

Indago se há algum Secretário mais que queira fazer algum comentário.

Nós estamos caminhando para o final, já são 12 horas e 30 minutos.

Alguém que gostaria de retornar alguma questão que ficou pendente de resposta?

(Pausa) Indago aos Srs. Vereadores se tem alguém que gostaria de fazer mais alguma fala.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

Vamos passar a todos.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito bom dia, Sr. Presidente Paulo Frange e todos os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras presentes a esta audiência pública, assim como também todos os servidores e a sociedade civil.

Cumprimento também todos os membros do Poder Executivo, os Secretários que estão presentes nesta sessão que está discutindo esses dois projetos. São projetos realmente muito importantes para a retomada da economia da cidade de São Paulo nesse período de pós-pandemia do coronavírus.

Quanto ao PL 445/2021, essa liberação das linhas de crédito é necessária, pois a pandemia trouxe gastos aos cofres públicos que não eram esperados. Esses investimentos serão fundamentais para que a cidade possa cumprir o Plano de Metas de 2021 a 2024, que abrange essas 77 metas. É claro que a fala de alguns Vereadores anteriores, no que diz

respeito a mais esclarecimentos, mais informações, uma maior definição, também já me contempla. Então essas 77 metas. Além do benefício que vai trazer para a população na área da saúde, da habitação, do trânsito, do transporte público. E também vai beneficiar aquelas famílias que vão ter os trabalhadores sendo empregados nessas obras que serão realizadas.

Já o PL 447/2021, esse programa Requalifica Centro, além de trazer novos investimentos para a cidade, propõe também esses incentivos fiscais, e que irão injetar um novo fôlego para o turismo na capital, colaborando para o fortalecimento desses setores, que estão entre aqueles que foram mais afetados pela pandemia. E como membro da Comissão de Turismo, Lazer, Gastronomia, Eventos, Exposições, Hoteleiro, eu tenho participado ativamente das discussões, inclusive, junto com o Goulart, para a retomada desses setores. Então eu acredito que São Paulo tem somente a ganhar com a aprovação dessas propostas. Claro que temos que melhorar alguma coisa, temos que rever. Repito, como alguns já falaram, temos que ter mais especificações quanto ao que vai ser feito. Já o votamos, em primeira, favoravelmente.

Então é isso, Sr. Presidente. Mas eu quero aproveitar e deixar um registro.

Eu tenho muito respeito pelo Vereador Donato, mas eu me senti um pouco constrangido pela maneira como ele se dirigiu ao Alex Peixe, que nós temos aí três horas para falar. Eu já estive lá antes de mandato – não era ainda Vereador –, levando questão de uma comunidade, da associação, e ele me atendeu prontamente pessoalmente, me tratou com muita consideração, muito respeito. E eu me senti um pouquinho constrangido pela maneira com que o Vereador Donato...

Eu tenho o maior respeito pelo senhor, Vereador Donato, mas fiquei um pouquinho constrangido quanto à maneira que o senhor se dirigiu a ele.

Obrigado a todos. Forte abraço. Tchau.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nobre Vereador Suplicy, V.Exa. precisaria de um comentário?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Apenas uma breve pergunta ao prezado Secretário da Fazenda, Sr. Guilherme.

Nós fomos surpreendidos no ano passado, quando, ao final, foi extinguida, sem melhor consciência de todos os Vereadores do que estava sendo votado, a gratuidade do transporte público municipal para as pessoas de 60 a 64 anos. E há diversos Vereadores que assinaram projetos de lei para isso seja reconsiderado.

Mas será importante, e eu agradeço se o Secretário de Finanças puder informar, saber o impacto a aprovação desse projeto teria no orçamento. E como veria o Secretário da Fazenda, e a própria Prefeitura, em termos de prioridade, porque muitos consideram importante que possa ser considerada, sim, a gratuidade de transporte urbano, de ônibus, na cidade, para as pessoas de 60 a 64 anos.

Eu agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Há mais um Secretário a falar, o da Cultura.

Taís, você gostaria de fazer o comentário?

Em seguida, vou passar ao Secretário de Finanças, para o encerramento.

Agradeço a presença do Vereador Marcelo Messias.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem, V.Exa., a palavra.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Eu só gostaria de fazer uma questão de ordem: pedindo que o Secretário da Fazenda, como vai fazer a sua fala de encerramento, que assim como ele respondeu a minha questão de custeio, não ficou muito clara a questão do reequilíbrio contratual – por exemplo, o contrato do lixo. Poderão ser utilizados os recursos dessa operação de crédito, entre outros contratos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, então tem mais esses dois questionamentos, que não ficaram claros.

Vereador Messias, V.Exa. quer falar alguma coisa?

O SR. MARCELO MESSIAS – Presidente, quero fazer uma pequena colaboração para a audiência.

Quero chamar a atenção dos Colegas Vereadores para, realmente, a necessidade

de nós aprovarmos esse PL, em função das metas. E lembrando que vão ser feitos investimentos com esse valor – quase 20 milhões na cidade de São Paulo, e 8 milhões a serem contemplados nesses 20 milhões.

A retomada econômica é extremamente importante, Srs. Vereadores, então eu peço para todos vocês que realmente pensem com muito carinho, que São Paulo precisa continuar crescendo.

E por que é importante falar isso, Sr. Presidente? Porque nós temos que ter um tempo hábil de fazer um planejamento para que tudo isso aconteça e a São Paulo volte realmente a caminhar economicamente, e os projetos e as metas sejam atendidas.

Obrigado, Sr. Presidente. Era só uma pequena colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Obrigado, Vereador.

Taís, pela Secretaria de Cultura.

A SRA. TAÍS LARA – Eu queria reforçar as palavras do Secretário Guilherme, na pessoa do Secretário Alexandre Youssef, sobre a importância da brevidade em aprovar a disponibilidade desse crédito: que cinco, das seis metas da Cultura, tem a possibilidade de serem executadas por essa linha. As salas de cinema dos CEUs, que são dez, e a Casa de Cultura Cidade Ademar têm atuação direta nas periferias de São Paulo. E os Distritos Criativos atuam diretamente na retomada econômica da cidade pós-pandemia. Então reforço esses pontos das metas da Cultura, que quase todas têm possibilidade através dessa linha.

É isso. Agradeço a disponibilidade de todos. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Rapidamente, uma consideração.

Primeiro, fazermos juntos a própria audiência, que eu até proporia na sexta-feira próxima como sugestão de data. E fazermos em conjunto, Vereador Paulo Frange. São dois temas: um cujo mérito está em Finanças, outro cujo mérito em Política Urbana.

E fazer não hoje, mas que trouxesse de uma forma detalhada, Secretário Guilherme e demais Secretários, que nós temos um *Plano de Metas 2021-2024*. Tem

prioridades das prioridades.

O Vereador Goulart citou, por exemplo, o CEU Cidade Ademar, que foi uma luta de muitos anos. A concentração de gente... é o maior adensamento entre as subprefeituras, é o maior número de pessoas dentro do menor espaço. E nós temos apenas um CEU, que é na região da Pedreira, e não tem em Cidade Ademar. Isso eu estou dando como exemplo.

A Casa de Cultura Cidade Ademar, que tão bem o Vereador Goulart citou aí, também é a única subprefeitura na cidade de São Paulo que não tem uma casa de cultura.

Então, na próxima audiência pública, que pudesse vir de uma maneira detalhada – que não me consta, no Plano de Metas, o que eu chamo de prioridades das prioridades. Ok, Secretário? Seria esse o apelo.

Desde já, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso.

Vereador Jair Tatto, com a redução de interstício que votamos, a próxima data viável é na próxima sexta-feira. E, portanto, se nós fizermos às 10 horas da manhã, podemos fazê-las separadamente, e fica absolutamente dentro do que pretendemos para a condução dessas audiências.

Está presente conosco também o Vereador Milton Leite.

Eu não sei se dou a palavra depois da fala do Secretário ou antes.

Vereador Milton Leite, gostaria de falar agora, não?

A SRA. ELY TERUEL – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra.

O SR. MILTON LEITE – Você ouviu, Paulo?

A SRA. ELY TERUEL – Pode dar a palavra ao Presidente Milton Leite. Em seguida eu [falo].

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Milton Leite, a Vereadora Ely Teruel cedeu espaço para que V.Exa. possa falar.

O SR. MILTON LEITE – É somente para agradecer e parabenizar pelo trabalho de

todos, tanto aqueles que se opõem todos aqueles que participam desta audiência pública. É importante a participação, para que possam contribuir, Paulo, em definitivo, e na próxima audiência chegarmos a uma versão um pouco mais completa que nos permita votar o projeto.

Então é importante demais essa audiência pública com a participação de todos.

Eu julgo que nesse momento, num sábado de feriado prolongado, todos estão trabalhando. Esse é o primeiro ponto positivo. A cidade de São Paulo é uma pujança, não para. E com a grande contribuição de todos os parlamentares, secretários, todos aqueles que participam.

Eu fico feliz com essa audiência, Paulo.

Parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Milton Leite.

São 22 Vereadores participando até o momento.

Muito obrigado pela presença e pela fala.

Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Sim, muito obrigada. Obrigada a todos.

Bom dia, quase já uma hora da tarde. Boa tarde.

A gente fica feliz em poder estar aqui num sábado, como o nosso Presidente Milton Leite diz, trabalhando, se empenhando.

Quero agradecer a presença também de todos os Secretários e representantes, a todos os Vereadores.

Eu faço parte da Política Urbana, juntamente com esse presidente maravilhoso que é o nosso Paulo Frange, muito especial e técnico.

É um prazer estar participando desta audiência. E atuando para que essa semana votemos nesses dois projetos que vêm mudar não somente a vida do nosso municípe como também trazer uma São Paulo muito melhor.

Também quero agradecer a fala da Vereadora Janaína com esse trabalho maravilhoso que ela apresentou, ao Suplicy, ao Messias. Enfim. E ao Vereador Milton Leite,

que foi muito sábio nas palavras, porque realmente para nós, em pleno sábado, estarmos atuando, trabalhando com os nossos secretários, com o Prefeito, é sinal de que realmente nós teremos uma São Paulo ainda melhor.

Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Para encerrar, o Secretário de Finanças Guilherme.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu anotei o pedido do Vereador Jair Tatto. Então eu vou conversar com o pessoal da área de planejamento, para que tenha uma relação do que ele chamou de *prioridade das prioridades*. E quem sabe na próxima sessão, que certamente será acompanhada pelo meu Secretário Adjunto, eu estarei em merecidas férias na sexta-feira. Mas o meu Secretário Adjunto vai estar aqui para fazer as considerações. E pedirei para que traga esse detalhamento.

Eu peço desculpas à Vereadora Janaína, eu acabei não respondendo à questão dela sobre equilíbrio.

Não há absolutamente a menor possibilidade de que essas operações de crédito que eventualmente venham a ser autorizadas por V.Exas. sejam usadas para pagamento de pedidos de reequilíbrio de fornecedores ou contratados da Prefeitura. Não existe essa possibilidade de operações de crédito servirem para essa finalidade.

Como eu disse, as operações de crédito eventualmente autorizadas vão servir exclusivamente para projetos de investimentos que estão previstos no Plano Diretor, ou que eventualmente sejam decorrentes de obras para as quais não haja recurso suficiente.

Então, Presidente, eu quero mais uma vez, agradecer a todos pela atenção e pelas perguntas, pelos comentários. Nós, lá na Secretaria da Fazenda, continuamos inteiramente à disposição, como sempre estivemos. E, enfim, desejo a todos um excelente final de semana – se não tiverem mais nenhum questionamento.

O SR. ANTONIO DONATO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Só um esclarecimento: no PL 447/2021, vai ser feita, em seguida, a audiência pública?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Exato, Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – O Secretário Guilherme vai participar ou não?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O Secretário Guilherme vai estar presente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Pela ordem. Eu estarei nesta audiência pública. Não estarei na da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Donato, a sugestão que nós estamos levando a V.Exas. é que interrompamos por cinco minutos e possamos reabrir os trabalhos já que todos estão aqui. Por cinco minutos, só para que haja um rearranjo da próxima reunião.

O SR. ANTONIO DONATO – Está ótimo, mas aproveitando. Eu não queria constranger ninguém, principalmente, o Vereador Sansão Pereira, mas o debate que o Presidente da Cohab colocou me interessa, e eu gostaria de requisitar, então, todas as unidades habitacionais que foram entregues na gestão passada, a data de início da obra e a data de entrega e aonde foram, porque, às vezes, é fácil entregar unidade que já começou. Então, eu queria saber e continuar esse debate com o Presidente da Cohab. Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Secretário Guilherme, eu vou pedir apenas para que V.Exa. dê uma resposta ao questionamento do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy com relação ao impacto financeiro da gratuidade de 60 para 65 anos.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Perfeitamente. Vereador Suplicy, na verdade é o seguinte: do ponto de vista econômico, a gratuidade para essa faixa etária gera uma economia de, aproximadamente, 340 milhões ao ano. Obviamente, por conta da pandemia, esse valor é um pouco mais baixo neste momento, mas a operação normal do sistema – estamos falando de um subsídio de, aproximadamente, 340 milhões ao ano. O subsídio de transporte, até por conta dos efeitos da pandemia, que diminuíram a quantidade de

passageiros, mas o sistema continua operando, praticamente, com toda a capacidade para evitar aglomerações, com isso a Prefeitura teve que arcar com um subsídio ainda maior, o qual está hoje da ordem de três bilhões de reais.

Então, basicamente, a informação que eu tinha do subsídio para os idosos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não havendo mais oradores, não havendo mais nada a tratar. Dou por encerrada a audiência pública do PL 445/2021.

Tenham todos uma boa parte. Agradeço a todos a colaboração com o cumprimento do tempo, a cortesia e o relacionamento que estabelecemos hoje.

Vamos reiniciar os trabalhos daqui cinco minutos. Só para o rearranjo do material para a próxima reunião do PL 447/2021, que trata do *retrofit*, da requalificação dos imóveis do centro.

Tenham todos uma boa tarde.

Muito obrigado.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reabertos os trabalhos, passaremos a apreciar, em audiência pública, o PL 447/2021, que dispõe sobre o programa Requalifica Centro.

Está conosco e foram convidados: Secretário Cesar Azevedo, do Planejamento e Licenciamento Urbano; Taís Lara, da Cultura; Orlando Farias, representado por Alexsandro Peixe da Cohab; Secretário de Finanças, que nos dá o prazer da presença, Guilherme Bueno.

Vamos passar a nossa audiência pública estando à presença dos Vereadores da Comissão de Política Urbana: André Santos, Ely Teruel, Antonio Donato, Paulo Frange, Rodrigo Goulart e Aurélio Nomura; além desses, Vereadora Edir Sales, Fabio Riva, George Hato, Janaína Lima, Eduardo Matarazzo Suplicy, Jair Tatto, Juliana Cardoso e Cris Monteiro.

Senhores, a dinâmica seria iniciar pela apresentação do Secretário Cesar Azevedo.

Nós vamos passar, depois, a ouvir os Srs. Vereadores que se inscreverem, com cinco minutos cada, e os nossos convidados com três minutos cada um.

Secretário Cesar Azevedo, vou passar a palavra para que V.Exa. possa fazer a apresentação do PL 447/2021, nos pontos que forem necessários.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Bom dia, Presidente Vereador Paulo Frange, pelo qual cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras que estão participando desta audiência pública. Cumprimento, também, o Secretário Guilherme e estendo, em nome dele, o cumprimento a todos os outros Secretários e Secretárias que estão participando com a gente, toda a equipe técnica do Executivo, e quero deixar um cumprimento, também, para todos os amigos e amigas que estão participando desta audiência pública.

Quero dizer, mais uma vez, da alegria pela oportunidade de estar com vocês construindo mais este PL, como viemos fazendo ao longo dos meses, essas construções em parceiras do Executivo com a Câmara Municipal têm sido muito exitosas. Quem ganha é a cidade, os mais vulneráveis, quem mais precisa do Poder Público que essa é a motivação de termos desenhado esse projeto de lei e encaminhado à Câmara Municipal.

Esse projeto de lei não cria nenhum instituto novo, nenhum instrumento de política urbana novo. É um projeto de lei que traz incentivos para aquilo que o Código de Obras já prevê no artigo 77 e 78, em que há a previsão de *retrofit*, da ação de requalificação de prédios antigos.

A ideia foi estimular com incentivos a reforma e requalificação para que consigamos ter uma retomada do centro de São Paulo, para que ele seja acolhedor, requalificado, seguro e ocupado por pessoas. O incentivo é, sobretudo, para moradia, como tem sido um dos objetivos principais desta Administração criar moradia digna para todo paulistano, com isso conseguir combater o déficit habitacional na cidade.

Então, é um projeto de lei muito esperado porque já há anos, décadas, discutimos como seria feito o projeto de *retrofit* na região central, para requalificação do centro. Ele tem sido discutido há, pelo menos, três governos. E conseguimos incrementar, somar ao que já

existe, mais esse incentivo.

Eu vou pedir a licença, Presidente, e pedir para Rita, nossa técnica da São Paulo Urbanismo, apresentar um *slide* do projeto para podermos continuar. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário Cesar Azevedo, a Rita é sempre muito bem-vinda. E, com certeza, ela representa com qualidade muito grande o trabalho da Secretaria.

A SRA. RITA DE CÁSSIA G. S. GONÇALVES – Olá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado pela presença, Rita. Tem a palavra.

A SRA. RITA DE CÁSSIA G. S. GONÇALVES – Muito obrigada pelas suas palavras, Vereador. Boa tarde a todos os presentes. É uma apresentação breve de quinze minutos. Faz um panorama geral sobre o projeto. Vou compartilhar a tela agora. Eu não estou conseguindo compartilhar. Acho que só os organizadores podem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Já pode colocar. Se puder ampliar, agora, está ótimo.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. RITA DE CÁSSIA G. S. GONÇALVES – Nós vamos falar do projeto de lei 447/2021 que, de alguma forma, amplia o conceito de requalificação previsto no Código de Obras e Edificações vigente na cidade.

Ele foi elaborado pelas Coordenadorias de Licenciamento e Uso do Solo da Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, da Diretoria de Desenvolvimento da SP Urbanismo e pelas Assessorias Jurídicas. Teve subsídio complementar das consultas públicas do PIU, setor central, e diálogos setoriais promovidos pela São Paulo Urbanismo.

Por que eu estou dando destaque nisso? Porque é importante que os senhores tenham em mente que esse projeto foi feito a partir das manifestações das unidades de licenciamento, quer dizer, nos problemas que essas unidades enfrentam nos licenciamentos de intervenções em edifícios antigos e, também, das demandas que recebemos de movimentos

de moradia e de empreendedores imobiliários em relação ao tema.

Então, ele traz um conjunto de regramentos e incentivos à requalificação edilícia que, em conjunto com outras ações e projetos como o PIU setor central, tem o potencial para contribuir para dinamização e adensamento populacional da região central.

A síntese do projeto, quer dizer, quais são os requisitos do projeto: efetivamente, sobre as questões de acessibilidade, patrimônio e segurança não são alteradas por esse projeto. São ajustados os parâmetros de requalificação, de reforma e ajustes de procedimento em relação à edificação existente, a criação de um grupo de análise integrada, procedimentos de licenciamento e alvarás.

Os objetivos - acho que estão claros para todos -: reduzir a ociosidade de edifícios existentes que tenham dificuldade em se enquadrar às exigências atuais de acessibilidade, segurança e salubridade; aumento da densidade demográfica, para que muitos desses edifícios sejam convertidos em unidades habitacionais, ou onde já estavam previstos originalmente que se reabilitem; uma qualificação do espaço público, na medida em que mais pessoas venham morar no centro, esse espaço público ganha dinamismo; adequar os padrões de segurança, acessibilidade e salubridade; adequar os procedimentos de análise aos pedidos de licenciamento; estimular sustentabilidade urbana e ambiental do Município, quer dizer, o reaproveitamento desse estoque edificado é mais importante do que promover a demolição desses edifícios; e, principalmente, fazer cumprir a função social da propriedade dessas edificações subutilizadas.

Quais foram os pressupostos do projeto: aperfeiçoamento do instrumento requalificação de edificação trazido no Código. Como o Secretário destacou: não se trata de um instrumento urbanístico novo, mas, simplesmente, a partir dos anos em que esse instrumento foi aplicado já há uma percepção da necessidade de suplementação desse instrumento. É disso que esse projeto trata; há a observância dos parâmetros urbanísticos vigentes na legislação. Há um respeito absoluto ao zoneamento; e o estímulo à requalificação de edifícios para o uso residencial.

O conceito de requalificação trazido no Código é ampliado, quer dizer, foi incluída a palavra nesse projeto “recuperação”, justamente, para colocar em evidência a necessidade de trazer à luz uma série de edifícios que estão em condição inadequada de segurança e acessibilidade, e a possibilidade de incluir nesse instrumento da requalificação o aumento de área construída interna à edificação, sem alteração da sua volumetria.

O que isso traz de novo: uma melhor integração dos conceitos de requalificação e reforma e a possibilidade de fazer intervenções e reformas com ampliação de área associadas à requalificação. Na regra atual, se houvesse ampliação de área de edificações existentes, tudo isso migraria para o instrumento de reforma, impedindo que certos benefícios às edificações antigas pudessem ser utilizados.

Qual a elegibilidade? Edificações existentes anteriormente a 23 de setembro de 92, data de entrada em vigor do penúltimo Código de Obras ou licenciadas com base na legislação vigente até essa data. Por que essa data é importante? Vamos dar uma olhada na linha do tempo: desde 1983, vigoram na cidade disposições do Corpo de Bombeiros que tornaram as edificações construídas a partir dessa época já facilmente adaptáveis às condições presentemente exigidas; em 1985, saiu a primeira versão da NBR 9050 que é a norma que trata de acessibilidade; quando o COE fixou esse prazo para 1992, quer dizer que as edificações construídas a partir dessa data já têm condições de atender às exigências presentes desses temas de segurança e acessibilidade.

Então, há o entendimento de que o que o COE estabelece já abrange satisfatoriamente todas as edificações. O que esse projeto traz de diferente é recepcionar todas as edificações construídas até essa data, mesmo aquelas que não tenham passado por nenhuma aprovação formal da Prefeitura.

Esse projeto traz, primeiro, um aprimoramento do conceito de requalificação; e a possibilidade de ter essa requalificação associada à reforma.

Quais são as condições especiais que passam a vigorar para todos os imóveis? São admitidos os parâmetros ordinários da edificação existente; é admitida a demolição parcial

de até 20% da edificação existente. Por quê? Porque, às vezes, os empreendedores têm que demolir partes dessa edificação e, quanto tinham que reconstruir, estavam impedidos porque essa edificação já tinha ultrapassado os coeficientes atuais da legislação vigente.

Então, se admite que, mantida a área original, é possível fazer essa demolição e reconstrução para ajustar a edificação às exigências atuais. É admitido o aumento da área construída internamente à edificação ou externamente, sempre limitado ou ao coeficiente original da edificação ou ao coeficiente atual; a dispensa do atendimento dos parâmetros qualificadores previstos atualmente na legislação de zoneamento; a dispensa de vagas de estacionamento exceto para os polos geradores de tráfego que vão continuar merecendo uma análise especial e é mantida a possibilidade de transferência do direito de construir e edificações tombadas.

Quais são os incentivos urbanísticos? Há um incentivo não residencial no térreo e na cobertura das edificações – essas áreas não são computáveis, entendendo que se pode dar um uso mais atrativo às coberturas dos edifícios, principalmente, os mais altos como esse onde a gente trabalha, o Edifício Martinelli; a gratuidade para mudança de uso, quer dizer, quando esse uso em algum momento tenha sido beneficiado por um incentivo de gratuidade e, se hoje ele vier a ser utilizado para outra finalidade, não será necessário pagar para a mudança de uso; incentivo à instalação de usos residenciais institucionais; incentivo à instalação de saliências e terraços que têm sido atributos muito valorizados nas edificações construídas recentemente, então, isso não será considerado alteração de volumetria; por fim, especificidades da aprovação: a criação de um grupo de análise integrada – ainda a ser regulamentado por um decreto, um procedimento simplificado para não tombados em áreas envoltórias. Isso é uma disciplina que a gente empresta do Condephaat. O Condephaat já dispensa de aprovação intervenções de edificações não tombadas – é bom frisar isso – situadas em áreas envoltórias de bem tombado, desde que essas edificações não apresentem alterações na sua forma externa.

Gratuidade de taxas e emolumentos e uma flexibilização para projetos

modificativos. Na regra atual, os projetos modificativos podem acontecer dentro de certos limites. Ultrapassados esses limites, o projeto tem de ser reapresentado. A gente considera que a requalificação é uma intervenção que traz muitas surpresas no curso das obras, então se cria uma possibilidade, vamos dizer, de um processo de aprovação continuado, sem a necessidade de retornar para o começo da fila se essas modificações forem superiores àquelas previstas na... acho que é o Art. 162 do Zoneamento.

Em resumo, o que fica? Isso é a regra geral, que separa reforma de requalificação. Na regra que esse PL propõe existe a possibilidade de atuação combinada de requalificação e reforma. Isso aqui é um exemplo. Vamos imaginar um edifício fabril. Toda área construída que ele vier a receber internamente passa a ser compreendida dentro do instrumento requalificação. E se essa área for destinada a habitação ou a usos institucionais, ela não será considerada computável.

No caso de uma requalificação associada a reforma, isto é, quando novas áreas são acrescidas à edificação existente, essas áreas acrescidas vão ter, sim, de atender às exigências atuais. Aqui é o caso dessa edificação combinada a reforma, sem uma anexação no novo lote. São situações que a gente já observar fora do País. Mesmo edifícios tombados eventualmente recebem acréscimos compatíveis, é lógico, com o tombamento, com sua volumetria. Essas partes novas devem ser analisadas segundo a regra atual. E aqui a possibilidade de anexação de outros lotes a edifícios requalificados.

Aqui, em linhas gerais, os avanços do PL: um aprimoramento do conceito de requalificação; a garantia do cumprimento de normas de segurança contra incêndio e de acessibilidade; condições especiais para aplicação de parâmetros urbanísticos; incentivos a requalificação especialmente voltada aos usos residenciais e institucionais; e adequação dos procedimentos de licenciamento.

Eu quero dar um destaque a esse último ponto que foi muito levantado nas nossas discussões também com movimentos de moradia, que de alguma forma se procedesse a viabilização do consórcio imobiliário, um dispositivo que já é previsto no PDE, e particularmente

a possibilidade de a municipalidade atuar fazendo a aproximação entre proprietários de edifícios antigos e investidores privados. Isso já está disciplinado pelo PDE e é importante que a gente associe isso a esse PL de requalificação.

Esse aqui é o perímetro proposto para o projeto. Quero só destacar uma proposta de prazo ampliado de isenção de IPTU prevista no § 3º do Art. 15.

Senhores, é o que tínhamos a dizer. Muito obrigada. Pode parar de compartilhar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Rita. Já tem um pedido para que você depois disponibilize esse material para nós. Está muito claro, muito fácil de entender.

A SRA. RITA DE CÁSSIA GONÇALVES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário Cesar quer fazer algum comentário sobre a fala da Rita, ou eu posso passar para o próximo?

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Pode passar, Presidente. A Rita colocou com perfeição todos os pontos, bem didática, como sempre muito esclarecedora. Pode passar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu vou passar a palavra ao Diretor da Cohab, Alexsandro Peixe. Se puder, na fala, já responder: consórcio imobiliário não está previsto no Pode Entrar, eu não me lembro de ter visto. É uma situação nova que eventualmente nós poderíamos juntar ao projeto de que estamos tratando na Casa. Não sei se é pertinente.

Tem a palavra, Secretário. Em seguida, a Taís falará pela Cultura. (Pausa) Alex Peixe está presente? Está ouvindo? (Pausa)

Vamos voltar então para Taís Lara, que está representando o Secretário de Cultura Alexandre Youssef. (Pausa) Não estando presente neste momento, indago se está aí o João Cury.

O SR. FABIO RIVA – Presidente Paulo Frange. Vereador Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – O Presidente da Cohab, Sr. Alex Peixe, está com dificuldade e até me mandou uma mensagem, e deve entrar em questão de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Se o Presidente do Conpresp estiver presente, João Cury, e quiser falar algo sobre os imóveis tombados... (Pausa) Alex Peixe está presente?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Alex, se você puder na fala, já responder à pergunta que fiz: se a figura do consórcio imobiliário pode fazer parte do Pode Entrar, ou não é pertinente. E aí faça a sua apresentação naturalmente.

Obrigado.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Eu perdi, não ouvi a pergunta correta, mas o *retrofit*...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Na apresentação anterior mencionou-se a figura do consórcio imobiliário, que nós discutimos também aqui na Câmara. A pergunta é se o consórcio imobiliário faz parte ou pode fazer parte do Pode Entrar.

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Pode fazer parte, sim, tudo agrega. O Pode Entrar está sendo tocado diretamente pela Secretaria de Habitação, obviamente, e todos os detalhes nós podemos participar a eles, o *retrofit*, as unidades habitacionais de interesse social que nós vamos fazer. Não tem o menor problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, se você quiser falar sobre o projeto agora, tem algo a acrescentar com relação à Secretaria de Habitação, à utilização desses imóveis para área de habitação?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – O projeto do Pode Entrar, que já está sendo discutida amplamente na Câmara, para votação, está bem detalhado, o Secretário está conduzindo da melhor maneira, que fique o mais transparente possível, e é como nós vamos poder bater o recorde das unidades habitacionais.

Alguma pergunta específica?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não. A pergunta que foi feita durante a discussão do projeto é quantas famílias seriam trazidas para o Centro, para esse espaço especificamente. Qual é a expectativa do projeto em termos de habitação para o Centro?

O SR. ALEXSANDRO PEIXE CAMPOS – Sim. O projeto está sendo tocado pela Secretaria de Habitação. Acho que nós precisamos detalhá-lo para vocês, pegar uma apresentação do Secretário - eu não tenho aqui, agora, a apresentação – e apresentar para vocês.

Mas o projeto é a reforma dos prédios do Centro para trazer o máximo de famílias possível e abrigá-las. A grande vantagem do Centro é que ficam mais próximos do trabalho. O máximo de famílias que se puder agregar no Centro facilita muito a vida deles.

Então precisa ver o estudo completo de todos os prédios que tem e quantas famílias a gente consegue de fato colocar neles. Precisa passar por licenciamento também. O Secretário Cesar tem ajudado muito na aprovação rápida dos projetos todos nossos e não vai ser diferente dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Indago se existe mais algum secretário ou alguém que represente o Executivo que queria falar, para passarmos a palavra aos vereadores.

João Cury retornou? (Pausa)

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, também tentei fazer contato com o Secretário João Cury, mas sem sucesso. Acho que caiu a conexão dele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos passar então aos vereadores, e temos algumas perguntas também para fazer. Vamos alternar um vereador com um dos inscritos, que são nossos convidados, porque nesta audiência tem alguns que é importante que sejam mesclados.

Vereador Suplicy tem a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, acho que todos nós, vereadores, recebemos uma carta de representantes do Instituto dos Arquitetos do Brasil que

fala que esses planos deveriam passar pelos órgãos colegiados de política urbana municipal no âmbito do Executivo, conforme estabelece o Plano Diretor Estratégico, a saber, o Conselho Municipal de Política Urbana e a Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

É possível que isso ainda possa ocorrer, nesta semana, uma consulta aos conselhos que incidem sobre o tema em questão, Conselho Municipal de Habitação e a Comissão Executiva de Operação Urbana Dentro e Complexo? E a disponibilização da matéria para consulta pública de forma ampla à sociedade, por meio de instrumentos de participação social e gestão democrática da Cidade, como audiências públicas e ferramenta minuta participativa.

Os representantes do IAB, Natasha Menegon, Simone Gatti, Gabriela de Matos, Samira Rodrigues, Ana Gabriela Akaichi, Guido Otero perguntam se ainda poderá haver, antes da votação desses projetos, a consulta a esses conselhos, segundo o que diz a Lei Municipal a respeito. E também em que medida os movimentos de moradia, de ocupações, estão incluídos no convite para o diálogo a respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ficou faltando, Secretário Cesar, a fala sobre o incentivo tanto de IPTU como de ISS. Indago, quanto a essa informação, se seria melhor o Secretário Guilherme ou a Rita falar sobre o assunto.

(NÃO IDENTIFICADA) – Acho que o Secretário pode se manifestar.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Eu posso falar, se o Presidente quiser. Não sei se o Guilherme está aí. Se ele quiser falar também, não tem problema nenhum, Presidente.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Presidente, eu estou aqui e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário, pode falar, fique à vontade?

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Qual deles, o Guilherme ou eu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Secretário Guilherme.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Boa tarde. Cumprimento novamente nosso Presidente, Vereador Paulo Frange, demais vereadores, colegas do Executivo, Cesar Azevedo, Levi, todos os demais colegas que acompanham esta audiência.

Tivemos reuniões de trabalho com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento para dar andamento a esse projeto e chegamos a uma conclusão que está refletida no projeto de oferecer um incentivo para essa política de valorização do Centro uma isenção de IPTU passado, passivo, portanto. Tem alguns imóveis. Uma isenção de IPTU futuro durante os três primeiros anos de 100%, depois com aumento progressivo em cinco anos até que se chegue a alíquota total do imposto; uma redução de alíquota para as atividades, para os serviços e aí é uma redução de ISS para as atividades de construção civil que serão necessárias para as obras do edifício, enfim, do imóveis em questão; uma redução de ITBI para as transferências imobiliárias entre esses imóveis estão passando por esse projeto de requalificação; e isenção das taxas de licenciamento e instalação, eventualmente, desses imóveis que também serão objeto do projeto.

Temos um cálculo estimado de renúncia, obviamente fazendo uma estimativa também, de quantos imóveis dentro do perímetro que foi selecionado usando um percentual. Na verdade, fizemos várias simulações, mas a simulação mais otimista seria de termos uma adesão de 30% dos imóveis desse perímetro, obviamente, imóveis elegíveis para esse tipo de projeto e teríamos uma renúncia estimada nessa hipótese de aproximadamente 270 milhões de reais ao longo dos anos, já contando todas essas renúncias que acabei de mencionar.

Entendemos junto com a Secretaria de Urbanismos que esses mecanismos seriam suficientes para alimentar um interesse econômico dos eventuais interessados em investir e entendemos que o custo-benefício, enfim, o que imaginamos de retorno seja bastante razoável frente ao que se está planejando.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Secretário Guilherme.

Rita, você gostaria de acrescentar alguma coisa?

A SRA. RITA DE CÁSSIA G. S. GONÇALVES – Não. Acho que está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só para complementar, para ficar muito claro para todos os Srs. Vereadores, a situação da outorga que foi colocada não vamos cobrar outorga dessa área que é modificada até o CA máximo. Imagino que quando você mostrou a situação de um prédio que pode atingir o CA máximo, mas esse coeficiente de um prédio que está em uma área de eixo em que tem ocupado um CA de 1,5, dois, 2,5, como tinha antigamente, ele pode chegar aos quatro da zona de eixo e mesmo assim não pagaria nada como outorga onerosa?

A SRA. RITA DE CÁSSIA G. S. GONÇALVES – Não. É importante fazer um esclarecimento. Agradeço a sua pergunta.

A questão é a seguinte: todas as alterações no edifício existente - internamente a esse edifício, por exemplo, a possibilidade de incluir novas áreas internamente esta área não está sujeita à outorga; as áreas novas edificadas, sejam em anexo ou no lote anexo, sejam acima dessa construção, estão sujeitas à outorga, sim.

Há usos incentivados, por exemplo, uma coisa que é importante destacar é o seguinte, no caso de edifícios como o prédio Martinelli, prédios dessa magnitude que tem um coeficiente muito superior ao que o zoneamento permite, diversos deles tem pés direitos bastante altos, principalmente nos pavimentos de ingresso, que eventualmente poderiam ser subdivididos e gerar novas áreas modificadas. A rigor esses prédios não poderiam receber novas áreas porque eles já estouraram o coeficiente máximo. No entanto, se essas áreas forem destinadas a usos institucionais ou usos residenciais, elas são consideradas não computáveis e podem ser acrescidas. Há uma compreensão de que muitas desses edifícios de grande porte, mesmo que não estejam conforme o ordenamento vigente, demandam intervenções que poderiam, de alguma forma, em outras situações serem impedidas. É isso que esse projeto pretende viabilizar, que esses edifícios recebam, vamos dizer, as isenções necessárias para que possam ser atualizados e recolocados no mercado e, particularmente, no mercado habitacional. É isso, tranquilize-se a cobrança de outorga para as novas adições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só para encerrar esse assunto, não cobraremos NEC em caso de demolição também, é isso?

A SRA. RITA DE CÁSSIA G.S. GONÇALVES – Exatamente, vamos dizer, é uma demolição parcial. Isso tem uma demanda das consultas públicas do PIU do setor central. Um empreendedor particular diz o seguinte que, às vezes, tinham de demolir parte do edifício existente para fazer a escada de segurança, com os requisitos necessários. O que eles diziam era o seguinte: uma vez que eles demolissem, eles não podiam reconstruir, porque o edifício original já tinha uma área edificada superior ao que o zoneamento permitia e nos casos que essa reconstrução era possível, tinham de pagar outorga sobre essa área, sobre a área reconstruída.

Então, o que esse projeto traz é o seguinte: até o limite de 20% essa demolição e reconstrução é autorizada e não está sujeita ao pagamento de outorga. A nossa preocupação foi não equiparar ao instrumento de reconstrução que já está previsto no COE, mas é reservado para edifícios que sofreram algum tipo de sinistro, um incêndio, um abalo que promoveu a demolição. Então, continuem instrumentos destacados, é apenas a reconstrução de até 20% da área originalmente existente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, obrigado. Secretário Cesar, quer fazer algum comentário?

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Não. A Rita respondeu à pergunta perfeitamente. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos dar continuidade, então. Estava inscrito aqui Fernando Martinez, que não está conosco nesse momento; Ágda Muniz também não; alternando com os Vereadores, Victor Carvalho Pinto, consultor legislativo Federal na área urbana e professor do Insper.

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – Pois não, Vereador Paulo Frange, é uma satisfação muito grande, gostaria de cumprimentar a Câmara, na pessoa de V.Exa., e a Prefeitura, na pessoa do Secretário Cesar Azevedo, e dizer que acompanhei a audiência

pública anterior e fiquei maravilhado com a cidadania demonstrada aqui pelos Vereadores em pleno sábado. Acho que estamos todos de parabéns.

Falando objetivamente eu tenho algumas observações mais gerais, algumas pontuais que, se o relator tiver interesse, eu posso comentar mais em privado. Mas, o panorama geral, de início, eu, por obrigação de consultor legislativo que sou do Senado, devo dizer que vejo a necessidade de uma certa correção de técnica legislativa, que o ideal seria que essas alterações fossem promovidas nas respectivas leis sobre as quais elas incidem. Ou seja, principalmente no próprio Código de Obras e Edificações, Operação Urbana Centro, talvez até o próprio Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, porque, na verdade, é mais uma lei que vai coexistir com todas as outras anteriores. É um problema, digamos assim, em termos operacionais, do ponto de vista jurídico, uma melhor sistematização recomendaria que tudo isso fosse consolidado dentro do que já existe.

Outra observação a meu ver do ponto de vista constitucional é que a matéria tributária deveria ser objeto de uma lei específica, seria uma exigência da Constituição e, em minha interpretação, deveria ser uma lei em separado. Mas, o mais importante aqui, é analisar um pouco o mérito. Eu vejo esse projeto como muito bom, acho que vai na orientação correta. Quero explicar um pouco o porquê. Vocês me perdoem um pouco de teoria jurídica. Em direito urbanístico nós temos uma questão muito importante, que é o direito intertemporal. O direito intertemporal é aplicação da lei no tempo a de edificações pré-existentes. Qual que é a regra básica do direito intertemporal? É comum na cidade que tenhamos planos urbanísticos, ou leis de uso do solo recentes, que se chocam, que não coincidem com as edificações existentes construídas décadas, ou até séculos atrás. Qual que é o regime jurídico tradicional, digamos assim, dessas edificações?

Elas são consideradas desconformes, porque não estão de acordo com o plano, mas toleradas, porque não se exigem a sua demolição. Qual é a regra padrão? Quando essa edificação for reconstruída ela tem de ser reconstruída de acordo com as novas regras, com o novo regime jurídico urbanístico. Aparentemente parece tudo muito interessante, muito válido,

mais na aplicação concreta desse tipo de postura, não só no Brasil, mas em todo o mundo, o que se verifica é um choque completo com relação a essas áreas mais consolidadas e mais antigas, no qual o proprietário, quando quiser fazer uma intervenção, passa a ter de observar as novas regras que, muitas vezes, não são mais compatíveis com a edificação existente. Aí, por exemplo, regra de recuo, regra de coeficiente de aproveitamento, pagamento de outorga, bandeira, acessibilidade, há um cipoal muito grande de regras. O que torna em muitos casos antieconômicas essa intervenção. Aí nós temos um choque muito grande porque para modernizar tem de cumprir uma série de exigências e para deixar como está é ruim para cidade.

O que tem acontecido em vários países do mundo e não é diferente aqui no Brasil? Associar, ter uma nova concepção dessas situações, e, por exemplo, em Portugal, que é um regime de grande sucesso, se adotou o princípio da proteção do existente. É um princípio novo de direito urbanístico, segundo o qual o que já existe construído tem de ser protegido e respeitado e valorizado, mesmo que não seja patrimônio cultural, isso é importante ressaltar.

Exemplificando, será que nós queremos que o centro de São Paulo ou também de outras cidades Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, será que nós realmente queremos que ele seja reconstruído de acordo com os novos princípios pelo plano diretor e a lei de zoneamento? Com recuos, taxas de ocupação, coeficientes mais baixos? Estamos tão incomodados assim com o centro atual que foi construído lá na década de 40, 30, 50? Quero crer que não. E o mesmo se aplica as cidades que vamos fazer turismo lá na Europa: Paris, Londres, ninguém quer reconstruir aquilo, dentro de novas parâmetros, o que se quer é manter o que já existe.

Então dentro disso, esse regime tradicional das edificações desconforme vem sendo mitigado nas situações. Em Portugal há todo um regime jurídico novo, na Espanha, também. Eu até diria que o próprio Código de Obras e Edificações de São Paulo, de 2017, já evoluiu nesse sentido. E a Rita exemplificou aqui com algumas regras e o próprio conceito de requalificação que está lá no Código já é uma mitigação. E a própria reforma, determinadas

edificações não estão sujeitas a plena aplicação das regras urbanísticas exigidas pelas novas edificações, mas acho que temos de ir além. Acho que esse projeto está indo além, no bom caminho. Mais um exemplo aqui é o Projeto Reviver Centro, que foi aprovado agora pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, também muito mais ousado e na iminência de ser sancionado pelo Prefeito.

Agora o que eu ponderaria aqui? Eu acho que, eu seria um pouco mais ousado, no que foi proposto, em minha visão, qualquer tipo de intervenção das edificações existentes que melhore as situações dela de qualquer ponto de vista, não prejudique, não piore, devem ser aceitas e estimuladas. Ou seja, eu não limitaria, por exemplo, categorias de uso: apenas uso residencial, apenas uso institucional, ou a questão da demolição, apenas a 20%, eu acho que se a demolição for maior que isso, mas o resultado é uma edificação melhor que a existente a cidade está ganhando. Não tem por que, não vejo necessidade ou utilidade em criar essas várias restrições à plena aplicação desse princípio da proteção do existente. Acho que a ausência de contrapartida é muito importante, a permissão de todo tipo de uso compatível naturalmente com a lei de zoneamento deve ser aceita também enfim todos os elementos que foram citados aqui.

Do ponto de vista tributário, registrada a questão formal que falei anteriormente, acho que a remissão do IPTU é uma má ideia porque acaba premiando quem não pagou. Então, isso é sempre ruim em matéria de qualquer tipo de lei. Acho que a questão do ITBI é muito boa, acho fundamental a isenção do ITBI, porque com frequência essas intervenções têm de ser promovidas por outra pessoa que não é o atual proprietário, alguém com um capital, um empreendedor, um incorporador, um construtor, ou, quem sabe, um fundo imobiliário. É muito importante que essa propriedade seja transmitida com a maior facilidade possível para quem tem capital e interesse em fazer isso. A questão do ISS acho que pode dar problema porque exigiria uma contabilidade em separado dessas intervenções dentro da empresa. E aí toda uma fiscalização...

O SR. ANDRÉ SANTOS – Presidente, o tempo vai ser para todo mundo do mesmo

jeito, ampliado? Porque se for para ser ampliado para um vai ter de ser ampliado para todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não, Vereador André.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Eu só penso que o tempo garantindo para o Dr. Victor com a conclusão da sua fala, tendo em vista ser um importante consultor do Senado Federal e que está contribuindo aqui nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador André, havia três inscritos no grupo que se inscreveu o Victor e, como dois deixaram para que ele possa falar, nós estamos deixando um pouco mais do que o tempo, mas para encaminhamento final, Victor, se você puder fazê-lo.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Agora, sim, obrigado, V.Exa. esclareceu.

O SR. VICTOR CARVALHO PINTO – Pois não, o último ponto do consórcio imobiliário, acho que é importantíssimo fomentar o consórcio imobiliário, mas acrescentaria a necessidade de termos um instrumento de direito público, que é a desapropriação. Vários desses imóveis, nós sabemos, só vão ter solução com desapropriação, por vários motivos, por exemplo, vários deles estão em uma situação fundiária confusa em que não existe um proprietário claramente identificado que possa promover as obras ou vender o imóvel. Então, a desapropriação acho que é absolutamente fundamental e pode ser viabilizada por vários mecanismos, mas o Plano Diretor de São Paulo prevê a concessão urbanística. Acho que poderia ser trazida para contribuir. A Operação Consorciada Água Branca prevê um fundo imobiliário, por exemplo, com parcelamento de solos, que é um outro instrumento que deveria ser trazido aqui para consideração. E a própria SP-Urbanismo poderia ter poderes de atribuir a responsabilidade e ela mesma desapropriar e promover, em parceria com setor privado, algumas dessas intervenções que não devem ficar à espera do interesse do mercado, deve ter uma proatividade um pouco maior da Prefeitura.

Muito obrigado e desculpe-me tomar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Victor, obrigado, pela contribuição.

Tem a palavra a Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Obrigada, Presidente Paulo Frange, é uma alegria ter aqui a oportunidade de ouvi-lo e assistir a vossa condução nessa manhã e agora nesse início de tarde.

Eu separei uma apresentação para estarmos aqui qualificando esse debate, mas eu gostaria de explorar nessa apresentação um ponto do projeto de requalificação do Centro, manifestando minha alegria de estarmos nesta Casa e a felicidade de finalmente podermos discutir um projeto dessa natureza. Cumprimento não só V.Exa., mas, mais uma vez, os Vereadores: meu amigo André Santos, Rodrigo Goulart e o sempre Senador, que sempre contribuiu com o debate, Vereador Eduardo Suplicy. Cumprimento o Secretário Cesar e a Rita pela brilhante exposição. Percebemos, Vereadores, a diferença do início de uma audiência pública para outra. Tanto que já diminuí consideravelmente minha apresentação, porque várias questões já foram respondidas. Assim, saúdo o Secretário Cesar por ter trazido o corpo técnico para colaborar com sua apresentação, qualificando o debate feito nesta Casa, que é de suma importância, bem como saúdo o Secretário Guilherme por sua intervenção.

O ponto que quero destacar em minha apresentação é o do *retrofit*. Tenho inclusive um projeto de lei, que contou com a colaboração do Secretário Cesar. Aproveito a presença dos meus Colegas, pois estamos em uma audiência pública com a presença de muitos Vereadores, para dizer que precisamos não só apreciar projetos do Executivo: que esta Casa haja a mesma produtividade, nesta semana que iremos adentrar, para votar e apreciar os projetos do Legislativo. Peço que o Executivo – incluindo o Secretário Cesar, um dos que mais terão projetos a serem apreciados – trabalhe com o Líder de Governo. Sabemos, obviamente, da boa vontade do Vereador Fabio Riva, mas precisamos que se faça chover. Precisa haver esse empenho, esse compromisso de se aprovar os projetos do Executivo e também de trabalhar sobre os projetos do Legislativo; senão, não há mão dupla. Não é mesmo, Secretário e Senador Suplicy? Então, é o que esperamos.

Feitas essas considerações, passo ao *retrofit*. Para quem está nos acompanhando,

o que é o *retrofit*? É a requalificação de um edifício já existente. Ao invés de construirmos um projeto do zero, pegamos uma edificação antiga e a requalificamos.

- Oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Como isso pode ser feito? Esse processo é feito nos órgãos competentes, aplicando-se, quando existem, incentivos urbanísticos para essa promoção e regulamentação. Estamos dizendo que se trata de regulamentar o princípio da adaptação do que consideramos razoável.

Por que deve ser feito o *retrofit*? Estamos debatendo esse que é dos principais instrumentos, uma grande novidade do debate de hoje. Atualmente, a reabilitação dessas edificações é desincentivada na Cidade. Não há incentivo para se fazer *retrofit*. Na verdade, na atual legislação existe um desincentivo, tornando essa requalificação, essa reabilitação dos espaços mais cara até do que a construção de novas unidades, as que são construídas do zero, erguidas do chão.

Para que pode ser usado o *retrofit*? Principalmente para Habitação de Interesse Social e mercado popular. Isso foi muito falado na audiência pública passada e, com certeza, hoje o Senador Vereador Eduardo Suplicy trouxe isso porque São Paulo tem um déficit habitacional que gira em torno de 475 mil domicílios, cenário cujo número exato, por conta do agravamento da pandemia, ainda não temos. Já há, identificados em São Paulo, 1.147 imóveis, sendo 262 imóveis subutilizados e 885 não utilizados. Somente na Subprefeitura da Sé há 910 imóveis notificados, seguidos pela Mooca, com 134, e Lapa, com 61 imóveis.

Feita essa breve apresentação sobre o tema, e obviamente fazendo coro à brilhante do Vitor, eu gostaria de mencionar os dois especialistas que fariam uso da palavra: a Gueda e o Fernando Martinez. Infelizmente, por conta do tempo, não conseguiram esperar; mas foram aqui muito bem representados na fala do Vitor, que, mais uma vez, de forma brilhante, deu sua contribuição.

Esse projeto de requalificação do Centro é muito aguardado, não só pelo mercado, mas principalmente pela população que mora lá. Como eu já disse durante a discussão do

projeto, é importante a garantia da segurança e da qualidade de vida, pois um dos grandes desafios do Centro é a chamada Cracolândia, que não pode ser esquecida. Assim, esse projeto traz, como um dos pontos centrais, a reabilitação dessas edificações. Destaco e chamo a atenção para o fato de que esse aspecto foi completamente ignorado no Plano Diretor. Isso é algo que, infelizmente, precisamos pontuar.

Saúdo o Secretário Cesar pela iniciativa de apresentar esse projeto, pois ele é importante para que possamos reverter essa situação drástica, porque há um potencial subutilizado na região central. Com isso, precisamos fazer com que esse projeto traga mais residências e solucione a situação desses imóveis subutilizados e não utilizados. Os números estão claros. A partir dessa desapropriação, ou da apropriação desse espaço, se conseguirá solucionar o ponto central quando se discute com qualquer morador dessa região: a segurança urbana.

Destaco um ponto muito bem explorado pelo Victor: a questão dos incentivos fiscais que o projeto de lei propõe. Eu também tenho um projeto de lei que propõe *retrofit* para a Cidade toda, expandindo esse conceito. Agradeço ao Secretário Cesar, cujas considerações melhoraram muito o meu texto inicial. Volto a dizer, Secretário: ajude-nos a aprovar os nossos projetos. Queremos ajudá-lo. Ajudem a Câmara.

Precisamos trazer uma questão, sobre a qual tenho um ponto de vista um pouco diferente do apresentado até aqui: a de que precisamos adensar regiões que possuem boa infraestrutura. O déficit habitacional ficou muito claro: 475 mil pessoas esperam uma moradia digna e adequada.

Então, precisamos aproveitar porque é inadmissível, na cidade mais rica do País, imaginarmos que alguém não tenha água potável na torneira de sua casa, não tenha saneamento básico, e que as pessoas sejam a cada vez empurradas para mais longe, para as franjas da Cidade. Precisamos também fazer esse debate.

Esses incentivos fiscais são muito importantes para a atração de investimentos. Mas penso que a isenção do IPTU, a remissão proposta precisa ser mais bem avaliada.

Porque, embora ela seja uma medida muito boa, minha preocupação é sempre com o aumento de tributos. Porque o nosso IPTU já atingiu a cobrança máxima. Ninguém mais aguenta um cafezinho sequer de aumento. Então, o que eu gostaria de pedir, contando com os Colegas Vereadores e também com os cidadãos que nos acompanham, é que essa remissão não seja uma medida que acarrete o aumento de tributos, mas que melhore a eficiência da Cidade. Porque vemos medidas que claramente caminham nesse sentido, principalmente na simplificação do licenciamento de projetos. O Victor nos trouxe vários exemplos de como podemos avançar ainda mais em garantir o atendimento de habitação popular, ponto que talvez o Alex traga para nós.

Vemos, no projeto, avanços importantíssimos para o desenvolvimento urbano. Olhando para a regulação, já vemos que a desburocratização é realmente uma marca que vem selar os avanços propostos por esse projeto.

Mais uma vez parabênzo a todos, e muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade de fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Janaína. Tem a palavra o Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Obrigado, Presidente. Mais uma vez, cumprimento todos os participantes desta audiência pública: os Vereadores e Vereadoras, os Secretários, a técnica Rita e todos os cidadãos que acompanham a audiência.

Tentarei ser objetivo. Como vimos, é um projeto com o qual, em geral, todas as pessoas concordam; mas é um projeto que tem muitos detalhes, e certamente um debate maior o aperfeiçoaria. Minha primeira pergunta é: por que tanta urgência? O projeto deu entrada no dia 5 de julho nesta Casa, hoje é dia 10, e talvez ele seja votado até dia 15. Então, são 10 dias para se votar um projeto dessa magnitude. Qual seria o prejuízo em ele ser votado no final de agosto? Há algum prejuízo em nós o debatermos para aperfeiçoá-lo? Temos na Casa o PIU Setor Central. Não caberia discutirmos os dois projetos juntos? Porque estamos discutindo pedaços, fatias, e não o conjunto.

Quanto à renúncia fiscal, é verdade que o debate sobre o retrofit já existe há bastante tempo. Não é um tema em que eu tenha me aprofundado, devo confessar, mas ele sempre se deu em cima de parâmetros urbanísticos, os quais estão aí colocados - o Sr. Vitor colocou algumas questões pertinentes -, mas nunca em termos de incentivo fiscal. São 270 milhões. Acabamos de discutir um empréstimo de 8 bilhões, mas 270 milhões não é pouco dinheiro. É necessário esse estímulo? Há algum tipo de estudo que concluiu que, se não houver esse estímulo, não irá acontecer nada? Eu gostaria de saber em que se embasa a necessidade de incentivo fiscal.

É curioso. Isto não é uma provocação para os nossos liberais, mas parece que o capitalismo brasileiro só funciona com incentivo fiscal. Tem que dar uma mordidinha, porque o mercado, sozinho... Acho que o estímulo são os parâmetros urbanísticos, não o incentivo fiscal. Eu gostaria de entender melhor esse incentivo fiscal, como apareceu, por que se necessita dele. Eu não vi isso no debate do *retrofit*. Então, eu gostaria de saber quem propôs. Houve debate com o Secovi ou com alguma entidade de classe que reivindica isso? Porque, pelos parâmetros urbanísticos, não me parece necessário. Podemos discutir a adequação de um ou de outro, mas acho que esse papel seria da Prefeitura. Em relação aos incentivos fiscais, fico, de fato, um pouco receoso. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Donato. Com a palavra, Fábio Redondo.

O SR. FÁBIO REDONDO – Boa tarde a todos. Sou Fábio, da Associação Pró Centro e também sou Diretor do Buenas Hotéis. São sete hotéis aqui na região central, e estamos engajados na região há muito tempo.

Nós sempre tivemos dificuldade de conseguir aprovação, e o projeto é excelente, pois ataca diretamente a questão do *retrofit* e da adaptação dos prédios, seja para uso comercial, seja para uso residencial. Basicamente, ficamos durante décadas no limbo, sendo impossível se conseguir fazer as aprovações, pois não podíamos regularizar e adaptar a segurança ou acessibilidade porque criávamos uma área, a qual não era permitida para

construção. Acho que o projeto ataca essa burocracia; desburocratiza e facilita investimento, o que é muito importante para a região.

Sempre houve a ideia de que é o proprietário que não quer investir no prédio, por isso é que o deixou abandonado. Eu só queria dizer que, em parte, isso é inverdade. Existem muitos prédios que têm problemas familiares, de brigas etc.; porém, o ambiente é hostil a investimento. Essa é a grande verdade, e penso que esse projeto vem para melhorar o ambiente de negócios, seja para moradia, seja para investimento. Porque, até então, era impossível se conseguir as aprovações.

Ainda há um ponto que precisa ser analisado, pois boa parte dos prédios dessa região são ZEPEC-BIR, ou seja, tombados, e o projeto não ataca esse ponto, e acho que é necessário que isso avance. Senão, parte dos prédios irá continuar sem a possibilidade de regularização para se poder adaptar para segurança e acessibilidade, pois existe um conflito entre o tombamento e a adaptação. Acho que as falas do Vitor foram excelentes, colocaram muito bem a dificuldade e como a legislação deveria atuar para frente: deveria respeitar o que existe e colocar regras para frente, porque, na verdade, a legislação quer que os prédios sejam refeitos, o que é impossível.

Parabenizo pelo projeto; agradeço ao César, à Rita e ao Prefeito Ricardo Nunes, e aos Srs. Vereadores que o aprovaram em primeira. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Fabio. Há outro participante, que é da região: Edivaldo Sousa e Silva. Tem a palavra.

O SR. EDIVALDO SOUSA E SILVA – Boa tarde. Obrigado pelo espaço que nos concedem. Meu nome é Edivaldo, sou planejador e desenvolvedor de negócios, já atua no centro da Cidade há muitos anos. Fiz o planejamento e desenvolvimento do Shopping Light, que fica em frente ao Theatro Municipal e, agora, faço o planejamento e desenvolvimento do Pátio Metro São Bento, dentro da Estação São Bento do Metro.

Estou agora na Associação Pró Centro SP justamente para ajudar o desenvolvimento econômico, porque um dos focos da nossa Associação é a geração de

emprego e renda, acreditando que a geração de emprego é o que nós mais precisamos. Nossa região central tem um grande potencial para essa geração de emprego e renda; e nós realmente tínhamos muita dificuldade. Mas, pela explicação que os senhores fizeram agora, vai facilitar muito para que os empresários do varejo olhem para a região central como uma possibilidade de gerar emprego e renda para essas pessoas que estão precisando.

A questão da moradia no centro é sempre bem-vinda. Nós acreditamos também no nosso terceiro horário estendido. Então, que tenhamos o horário da manhã e da tarde, e que o comércio consiga funcionar no centro da Cidade até, pelo menos, dez horas da noite, a exemplo do que já acontece dentro dos *shoppings centers* e, com a criação desse terceiro horário, nós estendemos também que a gente consiga aumentar, em muito, essa quantidade de vagas de empregos formais no centro da Cidade.

Então, eu vim aqui participar e dizer para V.Exas. que, se realmente esse PL passar do jeito que V.Exas. estão desenhando, nós temos uma grande possibilidade de acelerar esse processo de emprego e renda na Cidade.

Muito obrigado pelo espaço que V.Exas. nos deram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Uma das questões que nós íamos colocar é a importância do incentivo fiscal para a atividade comercial na região, para aquilo que ela já tem vocação, como galerias de artes. Há tantas situações, que, na verdade, poderia voltar a ser denso, gerando emprego exatamente nessas regiões.

Tem a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO - Obrigada, Sr. Presidente e todos que estão aqui. Eu só queria fazer uma rápida alteração na palavra do Sr. Edivaldo. Nós é que temos que agradecer os senhores estarem aqui conosco, e não o senhor nos agradecer, porque nós estamos aqui para representar o desejo da população. Então, é só uma pequena correção.

Obrigado pelo fato o senhor estar aqui conosco.

Na realidade, temos visto, aprendido muito e tem sido muito interessante. Acho que foi o Sr. Fábio que comentou sobre tombamento. Eu tenho essa especial preocupação. Eu

venho conversando, até por conta do Plano Diretor. Muitas pessoas me procuram, para que a gente possa tomar uma posição ou outra. Eu estou aqui sempre com os meus ouvidos abertos, para aprender, mas tenho escutado particularmente a preocupação sobre as leis de tombamento, que dificultam sobremaneira os *retrofits* e a ocupação.

Se a gente quer, de fato, um centro da Cidade vivo, gerando emprego e renda seguro, num lugar onde todos nós deveremos querer passear com os nossos cachorrinhos e comer nos bons restaurantes, concordo totalmente com o Sr. Edvaldo, com o comércio aberto até 10 horas da noite. Quanto mais gente na rua, mais segurança a gente tem.

Eu me lembro muito bem, em Buenos Aires, na década de 90, até o começo do ano 2000. Buenos Aires agora está numa situação complicada. Quando a gente viaja, a gente via as pessoas na rua; e a violência urbana é sobremaneira reduzida.

Então, a questão do tombamento parece-me - eu confesso a minha ignorância no assunto - um empecilho bem importante, que tem que ser gerenciado, para que a gente possa, de fato, atrair as pessoas que querem investir no setor imobiliário ali.

Então, eu queria escutar um pouco mais o que a gente está pensando como Governo, e se há alguma coisa para ser feito, porque eu sei que é uma lei mais complexa, com muita dificuldade.

O meu grande amigo e Colega, Antonio Donato, falou dos liberados e dos incentivos fiscais. Na realidade, os incentivos não são só fiscais. Todos nós fazemos tudo por questão de um incentivo. Estamos, o tempo todo, buscando incentivo para acordar, para fazer exercício e para comer saudável. Há sim incentivos, e existe o fiscal, na categoria dos incentivos. É mais um.

Eu acho muito importante a gente ter os incentivos, para que a gente traga pessoas corretas, que querem, de fato, ajudar a fazer do centro de São Paulo que merece ser, um centro vivo.

Então, Colega Antonio Donato, o incentivo fiscal é sim muito importante.

O SR. ANTONIO DONATO – Nobre Vereadora, eu só quero o estudo, porque a

gente pode ter incentivo demais. A pessoa fica muito incentivada.

A SRA. CRIS MONTEIRO - Ah, muito incentivada. Está bom. A gente resolve isso com o Vereador Fabio Riva. Eu sou muito favorável ao incentivo fiscal. É dessa forma que a gente emagrece, que a gente fica mais saudável e que a gente saia para trabalhar. E incentivo já. Esse vai ser o meu novo lema.

Então, muito obrigada; e queria ouvir mais sobre o tombamento, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Nobre Vereador Antonio Donato, não fique tão rígido. A Vereadora Cris Monteiro deu uma aula agora. É muito importante o incentivo. S.Exa. flexibilizou o conceito de incentivo fiscal do ponto de vista poético, romântico. É exatamente isso. Ninguém emagrece por emagrecer. Ninguém vai ao cabeleireiro por ir ao cabeleireiro. Na verdade, todos precisam de incentivo; e eu vejo esse incentivo da mesma forma como uma das formas de modificar.

Sr. Secretário Cesar, só para lembrar, na década 90, no Governo Celso Pitta, nós aprovamos aqui, na Câmara, um projeto que dava isenção de IPTU para os prédios do centro que fizessem reforma na fachada. E foi impressionante como pegou. Era só reforma na fachada. E funcionou. Depois parou. Foi só naquele momento.

Nobre Vereadora Cris Monteiro, fica aqui uma preocupação.

Sr. Secretário Cesar, inclusive, nesse projeto, há uma situação que eu gostaria depois que V.Exa. pudesse nos ajudar. Ficou dito que tudo isso que nós estamos oferecendo para esse público vale por uma única vez. Eu fico preocupado, porque um prédio como esse, muitas vezes, não consegue fazer todo o *retrofit* de uma única vez; e, da próxima vez, ele entra como reforma. Então, aí ele perde incentivo e perde os parâmetros de incentivo.

Então, eu indago se não vale a pena a gente refletir um pouco sobre essa possibilidade, já que a gente vai ter que tratar desse assunto talvez com muito mais dedicação junto ao Conpresp, porque a flexibilização do Conpresp, para analisar esses projetos, de forma célere, vai ser um desafio.

O outro ponto é não conseguir: Se se faz uma requalificação como essa, e depois é

preciso se complementar essa requalificação, e esse entra nas regras da reforma. Eu não sei como ficaria isso. No momento de sua fala, V.Exa. poderia nos ajudar a entender esse processo. Esse é um dos gargalos para o prosseguimento, porque esses prédios vão depender de manutenção permanente, de requalificação permanente. São prédios muito antigos.

Tem a palavra o nobre Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, meu amigo Secretário Cesar. Em seu nome, cumprimento os demais Secretários. Parabenizo a Sra. Rita pela apresentação.

Sr. Victor, a reclamação do tempo não tem nada a ver com a qualidade na sua fala e sua contribuição aqui para essa audiência pública.

Esse projeto, como foi falado aqui, é importante e vai de encontro com a política habitacional, e certamente vai ser um grande marco para a nossa Cidade e, mais uma vez, vai comprovar a seriedade do trabalho desenvolvido pelos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo; e claro vai permitir também mais emprego, mais renda e a condição de melhoria aqui dentro da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde, Sr. Presidente. Venho cumprimentar novamente aqui, em nome do Sr. Presidente, todos os Vereadores que estão aqui nessa audiência, presencialmente e também os que nos acompanham de modo virtual. Cumprimento aqui, em nome do Sr. Secretário Cesar, todos os representantes do Executivo. Em seu nome, também cumprimento todos os convidados aqui, que hoje veem essa nossa segunda audiência no sábado, no meio do feriado.

Sr. Presidente, na verdade, também como vários aqui já fizeram, venho parabenizar a gestão do Sr. Prefeito Ricardo Nunes e a gestão também do Sr. Prefeito Bruno Covas e todo o Secretariado que S.Exas. escolheram, pela intenção desse projeto.

É um projeto que, como foi dito por muitos, tem uma discussão aqui na Casa, sobre

o PIU Central. Inclusive é um projeto que está nesta comissão e é muito desafiador. E eu acredito que a gente pode inclusive utilizar o modelo do Requalifica dentro desse PIU Centro. Nós sabemos que é uma área, uma extensão muito maior. Há outros grandes desafios também, e eu acredito e já peço inclusive ao Sr. Secretário César, como também para o Sr. Secretário Guilherme, para que possam nos auxiliar, para que o PIU Centro seja reformulado, porque, no projeto original, existe uma dificuldade muito grande, tanto aqui dentro da Casa, como também da opinião popular, a fim de que a gente possa pensar num novo substitutivo para o projeto, utilizando essa Requalifica Centro, que não tenho dúvida do seu sucesso.

Quanto à questão dos incentivos fiscais, como os urbanísticos, com certeza, serão o que vai movimentar, em muito, esse projeto. Há um desafio muito grande, já tratado aqui por outros Vereadores. Muito se fala sobre a questão do adensamento do centro. Eu acredito que seja fundamental, até inclusive a questão da moradia. Ela tem que ser garantida não só para os que estão, mas para outros movimentos sociais, se houver, para que haja essa questão da moradia. Houve uma maior dificuldade para o Poder Executivo e para esta Câmara, mas conseguimos fazer essa calibragem do quanto nós devemos colocar de moradia, incentivar de moradia, mas também a questão do emprego e da renda, e a questão dos comércios e dos empreendedores, porque também não adianta nós aqui incentivarmos demais a moradia e não haver onde esses moradores se sustentarem e terem seu emprego, sua renda e sua qualificação também. Então, essa é uma questão que a gente tem que levar também em consideração.

Já foram citados aqui alguns exemplos de projetos como esse, que deram muito certo, tanto aqui no Brasil, inclusive no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro inovou ainda mais, porque não colocou só incentivos à moradia de interesse social, mas também de médio e de alto padrão, mais de médio do que alto, mas há também incentivo para o serviço. Temos modelos muito próximos, como também em Buenos Aires e em Portugal. Inclusive o que os três têm em comum é que são áreas que foram portuárias, e nós sabemos que áreas portuárias hoje que estão em uso já são degradadas. Imaginem só áreas portuárias que

ficaram sem uso há dez, vinte ou trinta anos.

Então, eu tenho certeza de que o centro de São Paulo não se coloca próximo a nenhuma dessas três áreas, porque é uma região pujante, com muita oportunidade e, com certeza, com todos esses incentivos, será ainda mais gratificante nós caminharmos pelo centro, consumirmos pelo centro e principalmente trabalharmos aqui no centro.

Eu só quero deixar aqui um questionamento ao Sr. Secretário César, para que S.Exa. possa nos dizer, além da questão dos incentivos fiscais e urbanísticos, outros pontos também que merecem destaque para esse projeto, que eu tenho certeza de que é muito importante. Inclusive os empresários aqui representados pelo movimento da Associação Pró-Centro estão representados nessa audiência. Com certeza, querem saber ainda mais sobre esse importante projeto do futuro do centro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. João Moreirão.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. JOÃO MOREIRÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Eu só queria fazer um comentário muito rápido sobre uma observação que V.Exa. fez audiência passada. Não é preciso paciência para ficar aqui. Pelo contrário, é uma satisfação poder ficar aqui vendo os Vereadores, vendo os Secretários e a equipe técnica trabalhando, porque passa rápido, mais rápido do que a gente gostaria para as dúvidas que a gente tem.

Mas eu só queria fazer uma observação. Eu não sou um especialista em urbanismo, mas ando pela Cidade há muito tempo e eu acredito nesse projeto – eu gostei da apresentação, eu confio plenamente, até pelas ênfases que foram dadas para a questão da moradia popular – e na capacidade de equipe do Executivo de implementá-lo e confio no debate bastante qualificado dos Vereadores e Vereadoras para fazer as correções ou as ênfases que acharem necessário. No entanto, até por causa das citações a essas experiências em outros países, eu gostaria de fazer o seguinte alerta: em Portugal – e eu conheci bem esse movimento e essas requalificações feitas nas cidades, inclusive em suas áreas históricas –

ocorreu um problema grave, que foi o êxodo dos moradores e dos trabalhos mais populares, porque não há nada mais chique do que morar ou trabalhar num prédio antigo requalificado, e aparte isso, todo o entorno acaba, de uma forma ou de outra, se encaminhando para aquela situação, para aquele nível socioeconômico que essa requalificação implanta na região.

Em Portugal, que eu conheço bem, começou a dar certo quando foram adotadas medidas de incentivos, leis, critérios, licenças *etc.*, que garantiram que a ocupação fosse mesclada entre todas as situações socioeconômicas da população. Então, hoje, na minha cidade, por exemplo, que eu conheço bem, um prédio de classe média alta fica do lado de um prédio de moradia popular, do lado de escritórios, do lado de empresas de prestação de serviço *etc.* Sobre essa garantia, a Vereadora Cris Monteiro falou algo importante: essa garantia de convívio, além do mais, é uma garantia de segurança na vida da Cidade. Se a gente não tem esse cuidado e separa – falando de uma maneira fácil de entender, no popular – quem tem dinheiro de quem não tem, nós vamos continuar tendo ilhas de quem tem dinheiro vivendo em segurança e de quem não tem, procurando arrumar dinheiro onde tem.

Eu só queria fazer esse alerta, e eu confio inclusive na apresentação do projeto. Eu fiquei com a impressão de que há essa atenção, mas que a gente garanta que, nessas requalificações, seja feito algo misto, que garanta que os que têm menos e os que têm mais possam conviver. Isso gera emprego, gera segurança, gera qualidade de vida e gera uma coisa da qual eu sinto muita falta em São Paulo: a possibilidade de andar na rua; não com o meu cachorro, porque eu não tenho, mas de andar na rua, de entrar em uma loja de rua para comprar, de não ter medo de andar na rua. Essa é uma questão, e isso é bom, inclusive economicamente.

Esse não é um problema desse ou daquele prédio requalificado, mas do ambiente em que ele estimula a partir da sua requalificação. Eu alerta para essa questão, mas eu reafirmo que, naquilo que a minha ignorância permite alcançar, o projeto me pareceu atento a isso, e estou seguro de que a Câmara Municipal, que não está representando aqui num sábado, com uma qualidade de intervenções satisfatórias, estará muito atenta a isso também.

Agradeço. Era isso que eu tinha a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Maurício Coutinho. (Pausa) Carmem da Silva Ferreira. (Pausa) Adriana Vizzoni. (Pausa) Alan Luís. (Pausa) Marcone Moraes.

O SR. MARCONE MORAES – Muito obrigado. Primeiramente eu quero cumprimentar o Vereador Paulo Frange, presidente desta reunião, a Vereadora Janaína, o Vereador Suplicy, que já nos recebeu algumas vezes no seu gabinete, e o Vereador Goulart, que sempre nos dá bastante apoio ao nosso trabalho. Gostaria também de parabenizar a Vereadora Cris Monteiro pelas observações, e, em especial, o Cesar e a Rita, que têm se debruçado nesse trabalho, pensando em todos nós.

Vou me apresentar. Sou Marcone Moraes, segunda geração da Galeria do Rock, centro de São Paulo. Espero que todos conheçam, mas, caso não conheçam, que venham visitar; aos que não vêm faz tempo, que venham visitar a galeria. O Toninho, da Galeria, foi quem pegou esse prédio totalmente abandonado no final dos anos 80, quando já não tinha sequer mais função na região, e, juntamente com um grupo de condôminos, ajudou a requalificar o prédio, que tem mais de 450 unidades comerciais, sendo que apenas 50 estavam ocupadas no começo da década de 90, quando existiam ali pontos de tráfico de drogas. O Toninho assumiu com o único propósito de tentar revitalizar esse espaço, só que ele percebeu que não precisava trazer valor para cá, porque aqui já existia valor. Assim, ele ampliou o potencial que já existia no espaço com as culturas alternativas e começou um trabalho bastante sério de dedicar o dinheiro de todos os condôminos para que eles mesmos investissem na área comum do prédio.

Estou contando um pouco dessa breve história para quem ainda não a conhece. Hoje a Galeria do Rock tem mais de 200 CNPJs ativos e, mesmo com a pandemia, mantém uma ocupação de 93%, gerando mais de mil empregos diretos, sendo que, antes da pandemia o fluxo de pessoas variava entre 10 a 25 mil por dia. Apesar de este ser um centro comercial, também é muito conhecido por ser um centro cultural, porque aqui tem toda a diversidade que

o João acabou de citar. Aqui nós temos desde alfaiate, que fatura dois a três mil reais por mês bruto, até grandes redes, como a Kings, que surgiu aqui dentro, dentre outras empresas, que geram empregos diretos.

Estamos falando de uma região, informação levantada juntamente com o pessoal do Pró Centro, onde estão localizadas as ruas Vinte e Cinco de Março, a Santa Efigênia, a rua das motos, a Galeria do Rock e o Bom Retiro e que está há 15 minutos do Brás. Então, esse espaço é fantástico, e esse projeto de requalificação da região é fenomenal e dá muita esperança para todos nós, principalmente neste momento de extrema necessidade de geração emprego e renda.

A moradia nesta região também é fundamental, mas nós nunca podemos nos esquecer que também estão apresentadas no projeto, desenhado pela Rita e pelo Cesar, as Fachadas Ativas, que no centro de São Paulo é possível caminhar, é possível esse bem-estar, porque há os Olhos da Rua, como bem sempre fala o Raul Juste Lores, e como bem pontou o Victor Carvalho Pinto, cuja fala eu agradeço.

A Galeria do Rock, construída por uma arquiteta chamada Maria Bardelli no início dos anos 60, hoje não poderia ser assim construída, porque ocupa cem por cento da área. Será, então, que a gente realmente quer esses recuos? São questões específicas para serem tratadas depois; inclusive, eu gostaria até que a Rita ou Cesar fizesse algumas pontuações em relação a isso. Nem o Copan seria permitido. Enfim, essas joias arquitetônicas, a gente não poderia reconstruir hoje em dia.

A gente está falando de uma região que tem um potencial turístico para milhares de pessoas, além do potencial cultural – temos grandes centros culturais na região –, e do potencial comercial, que eu já citei. Em relação ao incentivo, IPTU *etc.*, é fundamental, porque, como eu falei, a diversidade de empreendedores que nós temos na região central é muito grande, desde a pessoa que trabalha vendendo pequenas coisas até algumas grandes redes, como bem falou o Edvaldo.

O centro já é muito diverso e, se a gente puder mesclar essa questão da moradia

sem colocar os cheques os empregos da região central, seria muito importante. Não adianta trazer moradias, como o Vereador Goulart falou, e matar os empregos. Isso seria um tiro no pé.

Para encerrar a minha fala, em relação ao que o Fabio Redondo também pontuou, nós temos ainda, sim, muitas burocracias a vencer. A história da Galeria do Rock, conceito criado pelo Toninho, tem quase 30 anos, mas, para vocês terem uma ideia, nós demoramos 13 anos para conseguir todas as aprovações e certificações necessárias, e hoje a Galeria é um dos poucos prédios da cidade de São Paulo com mais de 60 anos, arrisco dizer, que tem AVCB, AVS, Certificado de Acessibilidade cem por cento no prédio, com elevadores reformados, com painéis de energia solar na cobertura. Isso tudo deu um trabalho tremendo e, se não fosse a dedicação da vida de uma série de pessoas, esse espaço estaria igual à Galeria Presidente, que está ao nosso lado aqui, um espaço muito inviável por causa dessas legislações.

Em nome do Instituto Galeria do Rock e pelos trabalhos que temos feito no Pró Centro, encerro a minha fala me colocando à disposição para discussão. Ao Victor, ao Vereador Paulo Frange, à Vereadora Cris Monteiro, à Vereadora Janaína, eu transmito a esperança que nos dá um projeto como esse. Ficamos maravilhados com o projeto só de ler cinco, seis páginas, em contrassenso ao do PIU, que tem 80 páginas que ninguém consegue entender. Uma pessoa muito simples que quer empreender no centro nunca vai conseguir entender esse projeto da forma como está.

Trago essas reflexões e gostaria de saber do Victor e da Rita, se possível, no futuro, sobre os planos para além desse projeto, já que ainda há o PIU e o Plano Diretor. Por favor, nos encham de esperança, mais do que já estão nos dando com esse projeto. Claro, sempre há discussões, e é importante evoluir, mas, por favor, precisamos de mais esperança, principalmente neste momento de retomada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Marcone.

Nós já fizemos uma abordagem, falamos com o Cesar para que a gente possa

repensar e, de repente, pode ser num segundo momento, o raio do marco zero de São Paulo, com dois, três quilômetros, que abrange todas essas áreas que você citou, como Pari e Brás, Santa Cecília. Podemos começar por isso e depois criar um outro momento com raios amplificados, aplicando-se a mesma regra, se tudo der certo.

Em relação aos Olhos da Rua, toda essa discussão que nasceu e foi muito bem tratada em Portugal, é bastante interessante, inclusive com muitos trabalhos publicados mostrando que não há Boletim de Ocorrência nos lugares onde as Fachadas Ativas estão presentes. Há pesquisas feitas em Lisboa, nas áreas que foram requalificadas com as Fachadas Ativas. É interessante isso.

A Sra. Isadora Rebouças está presente? (Pausa) O Vereador Donato fez um pedido de fala complementar.

O SR. ANTONIO DONATO – Sim, Presidente, é só por um minuto, porque a gente não vota o que se fala, mas o que está escrito e, só para eu ter certeza, o incentivo é ao uso residencial; não existe um incentivo específico para Habitação de Interesse Social. Eu queria que fosse esclarecido isso, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Janaína, V.Exa. quer complementar?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Sim, Presidente. Primeiro, eu quero fazer coro à fala do Vereador Rodrigo Goulart e lembrar que há dois casos de *retrofit* aqui no centro de São Paulo muito bem-sucedidos: um é a Pinacoteca e o outro é Farol. Em outro Estado, o caso do amado Maracanã. Como esclareceu o Vereador Goulart, o Rio de Janeiro está muito mais à frente do que São Paulo nesse sentido, pois já tem aterramento de fios; inclusive a legislação está bem mais avançada. É realmente algo para a gente analisar e mirar nessa segunda votação.

No Hotel Fasano, em Salvador, eu nunca fiquei hospedada, mas, pelas fotos, não dá para acreditar que aquele prédio passou por *retrofit*, de tão moderno que conseguiram que ele ficasse. Quando o Vereador Goulart citou Buenos Aires, eu fiquei lembrando do Porto Madero e imaginando aquilo nos Rios Tietê e Pinheiros, que coisa incrível que seria, pois já há

resultados econômicos extraordinários. É essa mentalidade, fazendo coro a todas as manifestações, que a gente precisa para gerar desenvolvimento econômico para esta região.

Para terminar, eu gostaria de entender melhor, Secretário, sobre a definição do perímetro da lei. O Vereador Paulo Frange abordou essa questão porque há o perímetro definido como área central, que consta do artigo 1º, e o perímetro especial, que consta do artigo 5º. Por que o perímetro especial não está previsto dentro da área de intervenção? Ele também irá receber os mesmos incentivos da área fiscal? Faltou a gente ter essa relação do que de fato representam esses incentivos fiscais.

Era isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigada.

Antes de passar a palavra ao Vereador Fabio Riva, deixo um questionamento ao Secretário Cesar. Ao longo dos anos, a gente acabou construindo leis e não conseguimos alcançar a sua aplicabilidade; às vezes nem existe o que nós já deixamos escrito. No artigo 313 do Plano Diretor Estratégico, nós deixamos escrito que, com relação à Cultura e ao Conpresp, o Patrimônio Cultural do Município de São Paulo teria como instrumento de gestão um escritório técnico de gestão compartilhada e que, em tese, seria usado para desburocratizar os processos. Isso está escrito desde 2014, mas talvez nunca tenha sido regulamentado. Existe esse escritório técnico de gestão compartilhada para que possa facilitar isso? Se já existe, deve ajudar muito a aplicabilidade do processo hoje; se não existe, é um momento interessante até para que ele seja criado, já que é previsto no inciso IX do artigo 313 do Plano Diretor. É bastante interessante isso. Deixo a resposta a essa pergunta para depois.

Passo a palavra ao Vereador Fabio Riva, aproveitando que ele é pós-graduado em habitação. Quem sabe a gente possa colocar no Programa Pode Entrar essa modalidade de consórcio imobiliário para implantação de Habitação de Interesse Social. De repente, ela pode fazer parte desse processo, uma vez que, como foi muito bem apontado pelo Victor, para que isso possa acontecer, seguramente tem que ocorrer a desapropriação, ou seja, a compra desse imóvel pelo Município.

Com a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, a minha palavra hoje é de elogio à V.Exa. pela condução dos trabalhos. Eu quero agradecer imensamente à Vereadora Janaína Lima, ao Vereador André Santos, ao Vereador Goulart e ao Vereador Suplicy, que estão presentes. Isso mostra o quanto a Câmara Municipal e os seus Vereadores e Vereadoras estão preocupados com a Cidade. Externo um agradecimento especial ao Secretário Cesar Azevedo, por quem tenho uma admiração e respeito extraordinários, uma pessoa da escola do diálogo, da conversa, que tem conduzido a Secretaria com uma equipe técnica; aproveito para cumprimentar todos os técnicos da Secretaria na figura da Rita, que tem participado dessas reuniões. Enfim, este é o trabalho da Prefeitura: dialogar com a Câmara Municipal, expor principalmente os projetos importantes para a Cidade. Então, sinto-me muito contemplado, de coração. As intervenções das Sras. e Srs. Vereadores pela qualidade das falas, independentemente de ser da oposição ou não, quero até fazer um elogio ao Vereador Donato. Temos de cada vez mais aprimorar, até porque tudo aquilo que estamos discutindo é para cidade de São Paulo, não é para um governo, é para a Cidade. É dessa forma que vimos acreditando e é dessa forma que vamos trabalhar. O Prefeito Ricardo Nunes e mesmo o nosso querido e saudoso Prefeito Bruno Covas sempre determinou para que a Câmara Municipal pudesse realmente exercer aquilo que foi conferido a nós nas urnas: fiscalizar o Executivo, propor projeto de lei, mas acima de tudo pensar de forma conjunta para a cidade de São Paulo.

Estou vendo o Secretário Levi. Levi, forte abraço para você. É um guerreiro na questão do transporte na cidade de São Paulo.

Então, Presidente Paulo Frange, a minha fala hoje é de elogio aos trabalhos e ao Secretário Guilherme também. Hoje minha fala é de agradecimento. Agradecimento por essa transparência, agradecimento por mostrar que estamos pensando na Cidade, pensando nas pessoas e, com certeza, esse vai ser mais um projeto que vamos escrever uma história bonita na cidade de São Paulo. Esse é o nosso caminho, por isso peço as Sras. e Srs. Vereadores,

vamos ter uma semana intensa, mas, com certeza, com essas duas audiências públicas de hoje e mais uma a fazer, sei que demos um passo importante na sensibilização da importância desses dois projetos.

Muito obrigado, Sr. Presidente Paulo Frange. Muito obrigado, Secretários. Fico muito feliz.

Vi ali da Galeria do Rock fazendo uma fala pertinente com referência à Galeria; o Sr. João Moreirão também fez uma fala mostrando que São Paulo não pode aquém de nenhuma cidade do mundo. Essa é a nossa história. A história da cidade de São Paulo é aquilo que temos de oferecer para o nosso cidadão, é a melhor administração possível. Não quero dizer que a nossa vai ser melhor. Cada um deu a sua contribuição na Cidade, mas cada tempo tem o seu tempo e estamos agora nesta condição. Queria que todos pudessem ter esta mesma condição de poder avançar nesta semana e aprovar mais um projeto em segunda votação, que é importante para a cidade tanto a questão do empréstimo, como também a questão do retrofit.

Secretário Marcos Monteiro também muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio. Veja que mesmo V.Exa. não estando presencialmente aqui as coisas funcionam.

O SR. FABIO RIVA – Estou acompanhando. Estou vendo a combativa Vereadora Janaína e que fez uma fala dos projetos do Vereador. Vereador André Santos. Aqui a gente não para. A Cidade não pode parar.

Vereadora Cris, agora que apareceu aqui. Forte abraço e parabéns pela sua intervenção.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Cesar.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer as palavras de todos os Vereadores e todas as contribuições. Mais uma vez, é muito importante construirmos junto.

Sempre que participo aprendo um pouco mais com os senhores e senhoras, todos os Vereadores. Obrigado.

Vou tentar fazer uma fala, Presidente, na qual eu consiga abarcar todos os pontos...

- Ruído no microfone. Transcrição prejudicada.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – ...Falado tanto pelos Vereadores quanto pelos participantes da audiência pública.

Então, primeiro, distinguir e explicar. Na verdade, deixar taxado que estamos seguindo o Executivo e assim seguiu estritamente a legislação. Quero explicar que esse projeto de lei de *retrofit* não trata de parâmetros urbanísticos, ele trata de regramentos edifícios e incentivos fiscais. Então, todo rito adotado pelo Executivo ao encaminhamento dele à Câmara foi seguido e temos plena convicção e certeza de que foi seguido de acordo com a legislação vigente.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Desculpa, mas tem algum microfone aberto e está dando interferência. Acho que é na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu não estou ouvindo, viu Vereadora. Para mim não está dando esse ruído.

(NÃO IDENTIFICADO) – Acho que é um papel que está batendo no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok. Desculpe. Era das anotações. Melhorou?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Muito, obrigada.

O SR. CESAR ANGEL BOFFA DE AZEVEDO – Então, para dizer que não mexemos no projeto de lei, não foi mexido, não foi alterado nenhum parâmetro urbanístico. O que fizemos foram incentivos e regramentos edifícios, incentivos fiscais.

Esses incentivos fiscais são para a conversão do uso e a utilização do uso dos prédios para matéria habitacional, para uso habitacional. Quando a gente fala habitacional, é de maneira ampla. E aí essa possibilidade desses incentivos habitacionais, é o estímulo do uso habitacional e que somado com os programas de habitação popular que existem na Prefeitura,

você consegue fazer o casamento dessas duas ações e você incentivar o uso de habitação popular, de moradia popular e fomentar isso no Centro.

Esses incentivos fiscais não tratam não tratam de uso comercial ou não residencial. É só no residencial. O critério eleito para que a gente estipulasse esses incentivos é o critério territorial. Isso não precisa ser alterada nenhuma legislação. Isso foi de acordo com o planejamento que fizemos. Como o Vereador Paulo Frange, Presidente da Comissão falou, podemos muito bem sentar e conversar nos próximos dias e adequar isso no perímetro que a gente chegue em comum acordo e melhorar ou aperfeiçoar esse perímetro dessas isenções e incentivos que estão sendo contemplados.

As desapropriações previstas servem tanto para o Executivo, de maneira ampla, para a SP Urbanismo. O consórcio imobiliário trata disso, ou seja, não há nenhuma limitação nessas desapropriações. Não podemos confundir essas desapropriações com a notificação do uso dos prédios pela sua ociosidade. O que a gente tem feito também. São matérias distintas, são matérias diferentes.

Os procedimentos que a gente está adotando e aí referente ao perímetro que foi colocado pelo Vereador Donato tem o perímetro ordinário - vamos pôr assim - o perímetro especial. Esse perímetro especial é justamente aquela parte ali atrás do Terminal Princesa Isabel que vai até a Sala São Paulo. A ideia é aquele perímetro ter uma isenção a mais de IPTU de três para 10 anos de isenção. Mas podemos adequar o texto para deixar claro que os outros incentivos também embarcam nesse perímetro especial e não só essa isenção de IPTU maior. Podemos ajustar o texto para ficar bem claro e não incorrer em erro ou interpretação dúbida.

Foi pedido para reafirmarmos os incentivos fiscais: é a isenção de IPTU por três anos mais progressão de IPTU para os outros cinco anos após o certificado de conclusão da obra; é isenção de ITBI para compra do imóvel evidentemente e redução da alíquota de ISS na reforma de cinco para 2%; e a remissão de dívida de IPTU. Lembrando sempre que é para os imóveis para uso habitacional e não não-residencial.

Sobre a utilização desses incentivos. Mais uma vez, temos de lembrar é que quando a gente coloca que há necessidade de adequação da segurança e acessibilidade dos prédios a serem retrofitados, então, não tem como esse tipo de melhoria de adequação ser feita de maneira faseada, senão nunca vão chegar ao certificado de conclusão da obra, o Habite-se.

A ideia de ser feita uma única vez é que depois ele pode passar por reforma e aí a gente pode pensar no procedimento simplificado para análise dessas reformas em um segundo momento, que aí entra um pouco o que o Vereador Goulart perguntou, se não teria outras fases nesse programa, se seria só esse PL. Esse PL é a primeira fase do programa que são os incentivos que colocamos e debatemos aqui.

A outra parte do programa é a parte procedimental. Isso tem de ser feito através de decreto. Depois da eventual sanção desse PL, publica-se um decreto simplificando a análise dos processos com base na legislação vigente e com base em tudo que já tem de regramento. E aí colocamos o procedimento especial, uma esteira rápida de análise, um aprova rápido dos processos de *retrofit*. Então, além desse PL, vamos ter também a parte de procedimento que é celeridade e eficiência na análise dos processos, coisa que estamos fazendo na Secretaria de Licenciamento já há algum tempo e vocês puderam acompanhar e estão acompanhando os ganhos que a Cidade teve com essa análise simplificada, essa análise rápida.

Para dar um exemplo, só o ano passado conseguimos aprovar mais de 80 mil unidades de HIS na Cidade. Foi o ano que mais aprovou HIS na cidade de São Paulo. Então, o viés social, o DNA é em querer ajudar, em ter de ajudar quem mais precisa, o mais vulnerável. Isso foi uma característica da gestão do Prefeito Bruno Covas e tem sido uma característica e um dever que o Prefeito Ricardo Nunes nos coloca.

Então, de maneira geral, esse é PL que está aí. Não podemos confundir esse PL com o PIU Setor Central. São matérias diferentes, são discussões diferentes. O PIU Setor Central também temos de discutir como estamos fazendo com este PL com o Executivo, os Vereadores, a sociedade. Acredito, sim, que o PIU Setor Central também mereça ser

aperfeiçoado, mereça ser melhorado, desburocratizado, como for colocado pelo Marconi, tornar mais simples o entendimento.

Dizer também ao Marcone que os parâmetros, as regras de recuo, enfim, de volumetria de área construída não podem ser tratadas neste PL. Merece ser tratada, se for necessária alguma mudança, é com a revisão do Plano Diretor, é com o PIU. Não é neste momento. Só estou dizendo que são matérias diferentes.

Foi perguntado pelo Presidente Paulo Frange sobre o escritório técnico de gestão compartilhada com a cultura foi parcialmente implementado, mas a ideia é conseguir fazer essa implementação na Cidade porque é necessário para trazer celeridade, para trazer agilidade.

Essa eficiência que a gente tem falado tem sido uma das marcas da nossa gestão desde 2017 quando começou. Os Vereadores lembram muito bem que já fiz a apresentação para V.Exas. Em 2017, o tempo médio de análise de um alvará era de 532 dias. Esse era o tempo que levava para sair o alvará na cidade de São Paulo. Já conseguimos baixar de 532 dias para 170 dias e ainda vamos trabalhar para isso ainda diminuir. Consideramos que ainda é muito tempo para emissão de alvará numa cidade como São Paulo, mas só esse ganho, essa agilidade, celeridade conseguiu colocar a cidade de São Paulo como a cidade brasileira com melhor ambiente de negócio. O *Doing Business* fez esse ranqueamento e a gente conseguiu ganhar e fomos ranqueados em primeiro lugar. Esse é um ganho para a Cidade. É implementação, é sistema, tecnologia.

A cidade de São Paulo, como vocês colocaram e eu concordo, tem de puxar o protagonismo na América Latina. Somos a maior cidade da América Latina. Merecemos esse protagonismo. Temos de estar à frente dessas discussões, sobretudo de Política Urbana.

A necessidade e urgência em discutir *retrofit* na cidade de São Paulo, como foi dito por alguns Vereadores, e temos escutado os críticos afora sobre qual é a urgência. A urgência é conseguirmos transformar o centro de São Paulo, a urgência é conseguirmos gerar moradia no centro de São Paulo e a urgência é mudarmos a realidade do centro de São Paulo, que está sendo discutida já há alguns anos.

Eu me lembro aqui de alguns PLs de Retrofit desde 2014. Então, precisamos fazer alguma coisa. Houve tentativas, e vimos que o resultado não foi o esperado. Então, precisamos ser um pouco mais ousados, um pouco mais corajosos e apresentar medidas um pouco mais enérgicas. E essas isenções são investimentos que o Poder Público está fazendo, para que a gente consiga efetivamente transformar o centro da Cidade e torná-lo acolhedor, torná-lo inclusivo e receptivo às pessoas, para que elas possam usar do centro de São Paulo, para que a gente possa requalificar os espaços públicos degradados e subutilizados, para que o centro de São Paulo consiga ser mudado efetivamente.

Então, assim como outros projetos de lei, outras ações e outros programas que a Prefeitura de São Paulo tem feito em parceria com os Vereadores e programas bem-sucedidos, eu não tenho dúvida alguma de que o *retrofit*, na Cidade, vai ser uma realidade e a gente vai conseguir transformar o centro de São Paulo e vai estar aí à frente; e a cidade de São Paulo vai liderar como sendo a Cidade mais acolhedora, mais inclusiva e mais segura. Esse é o nosso DNA.

Essa é a nossa vocação, e eu estou à disposição, para a gente poder trabalhar aí enquanto for preciso, Sr. Presidente. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui e quero parabenizá-lo pela condução dessa audiência pública e parabenizar também todas as Vereadoras e todos os Vereadores que participaram com a gente aqui. Eu estou desde as 10h, acompanhando e participando.

Então, eu estou muito feliz aí com os trabalhos de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sr. Secretário César.

Não há mais oradores inscritos.

Tem a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Sr. Presidente, gostaria de parabenizá-lo mais uma vez. Foi brilhante a condução impecável de V.Exa. Cumprimento o Sr. Prefeito Ricardo Nunes pela envergadura dos projetos que tem encaminhado a esta Casa. É para vermos a diferença, quando um Vereador vira Prefeito, o quanto a Cidade ganha. Então, parabéns ao Sr. Prefeito

Ricardo Nunes e a todos os Srs. Vereadores que participaram aqui.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Sr. Presidente, quero fazer aqui coro às falas da nossa amiga, Vereadora Janaína Lima, também parabenizando a condução pela Presidência do Vereador Paulo Frange desta audiência pública, muito tranquila. S.Exa. deu oportunidade a todos de poder falar, tanto a Situação quanto a Oposição. Estamos saindo daqui com resultados satisfatórios dessa audiência pública, e quem ganha com isso é a população da cidade de São Paulo, sem sombra de dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra o nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, em seu nome, quero cumprimentar todos os Vereadores que continuam aqui presenciais, Vereadora Janaína Lima, Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e todos os representantes do Executivo, todos os Secretários, Srs. Cesar, Guilherme, Levi e Marcos; e todos os presentes. Foram duas importantes audiências públicas, com mais de cinco horas de audiências públicas num sábado, no meio do feriado. Então, isso mostra que a Câmara trabalha, trabalha muito; e também o Executivo trabalhando bastante aqui nessa parceria com a gente.

Essa é mais uma prova de que o método virtual, o método híbrido funciona sim, para discussão de qualquer tipo de projeto. A gente não tem aqui projeto de menor envergadura, mas de todo tamanho de projeto. Há o Qualifica Centro e a questão das operações de crédito. Então, seja o tamanho ou o tema, é possível sim a discussão num ambiente híbrido, virtual ou presencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Quero agradecer a todos os presentes.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente, queria só parabenizar V.Exas. Deus abençoe a todos aí. Um ótimo final de sábado. Parabéns a todos os Secretários. Esse é o trabalho por São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado a todos os Secretários que

estiveram conosco hoje desde cedo.

Em nada mais havendo a ser tratado, está encerrada a audiência pública do PL 447/2021.

Tenham todos uma boa tarde.
